



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N.º 02/25

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 17 DE ABRIL
DE 2025**

Aos dezassete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, nesta vila de Alcochete e Salão Nobre da Junta de Freguesia de Alcochete, pelas 21:00 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo Doutor Mário Manuel Catalão Boieiro, encontrando-se presentes os seguintes membros:

Pelo Partido Socialista:

- Carlos Manuel Rosa Correia, Teresa Isabel Condelpes Rei, Carla Maria Bernardo da Cruz Pereira, Sérgio Manuel Carvalho Simões, Ricardo Alexandre Gomes Loureiro, Ana Lúcia Felgueira Maduro, Diogo da Silva Mourão, Mafalda de Almeida Catalão, José Luís Nunes Catalão, José João Pereira Tavares e João Agostinho da Costa Carapinha Espiga.

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

- Ana Luísa Giro Pereira dos Santos Lourenço, Álvaro Jacinto da Costa, Ana Cristina Tavares de Almeida Brandão, Rui Miguel da Silva Mortal e Helena Paula Menezes Batista.

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:

- Patrícia Pinto Felizes Figueira.

Pelo Partido Social Democrata:

- Andreia Patrícia Silva e Sousa.

Presidentes das Juntas de Freguesia:

- Maria Manuel da Costa Maduro, presidente da Junta de Freguesia de Alcochete, Joel Francisco da Piedade Rodrigues, presidente da Junta de Freguesia do Samouco e João Manuel Fernandes dos Santos, presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco.

Faltaram à sessão:

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:

- Alexandre Manuel da Costa Freire Gonçalves, por motivos de ordem profissional, tendo sido substituído por Jorge Manuel de Sousa Sinquenique, em função das indisponibilidades, igualmente por razões profissionais de Nelson Roberto Nery Pinto, Joana Mafalda Gabriel Santos Nicolau, Fernando Martinho de Sousa Correia e Ana Mafalda Boieiro Marques (Documentos anexo à Minuta da Ata).

Pelo Partido Chega:

- Cecília do Carmo Teles Brandão Martins, por motivos profissionais, tendo sido substituída por Sofia Reis Giro, dado as indisponibilidades igualmente por motivos profissionais de Nuno Filipe Folgado Valente e de Fernando Manuel Teles Brandão (Documento anexo à Minuta da Ata).

Os pedidos de justificação foram aceites.

Pelo executivo camarário encontram-se presentes o senhor presidente da Câmara, Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, as senhoras vereadoras Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e Ana Sofia Madeira Maduro e os senhores vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado e Jorge Manuel Pereira Giro.

Faltaram à sessão, o senhor vereador Dário João Ferra Moura, por motivo de se encontrar ausente do concelho (Documento anexo à Minuta da Ata) e o senhor vereador Luís Miguel Carraça Franco, que não apresentou justificação para a sua ausência.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MUNICÍPES

Não se registaram intervenções.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto este período ao abrigo da alínea c), do artigo 20.º do Regimento da Assembleia Municipal, o presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão a seguinte ata:

- **Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 20 de dezembro de 2024**

Submetida à discussão e votação, a ata foi aprovada por unanimidade.

Não votaram: Sérgio Manuel Carvalho Simões, Mafalda de Almeida Catalão, Ana Luisa Giro Pereira dos Santos Lourenço, Rui Miguel da Silva Mortal e Jorge Manuel de Sousa Sinquenique por não terem estado presentes, ao abrigo do n.º 3, do artigo 34.º do Código do Procedimento do Administrativo.

Também não votou Carla Maria Bernardo da Cruz Pereira, por não se encontrar ainda presente no Salão.

Ao abrigo da alínea d), n.º 2, do artigo 20.º do regimento da Assembleia Municipal, usaram da palavra os seguintes membros:

- Sofia Giro, bancada do Chega

Começou por referir que a Requalificação do Pontão de Alcochete representa um marco significativo na valorização da frente ribeirinha da vila, devolvendo à comunidade um espaço emblemático de lazer, contemplação e encontro com o rio Tejo. Com uma nova imagem harmoniosa e integrada na paisagem o pontão convida à fruição serena do estuário e reforça a identidade local, contudo apesar dos méritos estéticos da intervenção, persistem legítimas preocupações com a segurança do espaço, ausência de vigilância, zonas escorregadias, iluminação insuficiente e acessibilidade limitada, que colocam

em risco a integridade física dos utilizadores, sobretudo, os mais vulneráveis. Mais do que um lugar bonito, o pontão é um património vivo da vila que exige responsabilidade contínua, a sua valorização plena que passa inevitavelmente por um compromisso com segurança e acessibilidade e a manutenção regular da infraestrutura, garantindo que este símbolo de Alcochete permaneça, não só encantador, mas também seguro, inclusive. Posto isto, tendo em conta as preocupações manifestadas pelos munícipes relativamente ao estado atual do pontão, perguntou qual é a atual avaliação técnica da infraestrutura em termos de segurança, quais as intervenções que foram realizadas anteriormente e qual o seu impacto real na melhoria da estrutura e se existe em vigor um plano de monitorização e manutenção regular ou previsão de requalificação da estrutura, a fim de garantir a segurança de todos os utilizadores e acessibilidade do espaço.

Seguidamente, mencionou que foi identificada uma situação grave de acumulação de lixo na estrada dos Malmequeres, em S. Francisco, que parece resultar da ausência de recolha regular de resíduos na zona. A situação está a agravar-se com o depósito contínuo de sacos de lixo, madeiras, plásticos e outros detritos, tornando o local insustentável e prejudicial à saúde pública e ao ambiente. Questionou se o executivo tem conhecimento da situação, se está prevista alguma ação urgente para a remoção dos resíduos e reposição da limpeza na área e tendo conhecimento da situação, quais são os planos para garantir a recolha regular de lixo nessa estrada.

Posteriormente, asseverou que o Sítio das Hortas, em Alcochete, é um espaço de elevado valor histórico, ambiental e cultural integrado na paisagem ribeirinha e junto à Reserva Natural do Estuário do Tejo, no entanto foram recentemente observadas novas construções. Posto isto, indagou se o executivo tem conhecimento das construções e a finalidade das mesmas, uma vez que proteger este espaço é um dever partilhado e exige uma ação firme, planeamento responsável e respeito pelo ambiente em nome do presente e das gerações futuras.

- Diogo Mourão, bancada do PS

Perguntou se existe algum levantamento dos danos causados pela depressão Martinho, uma depressão que atingiu fortemente todo o país, mas em particular as zonas de Setúbal e Lisboa.

Questionou sobre o estado da rede viária, dado que o mau tempo piorou em parte o estado das estradas e no que diz respeito à Carris Metropolitana indagou o que a câmara municipal reivindica sobre a situação de criação de uma carreira noturna, dado que a que existe faz com que as pessoas cheguem mais tarde a casa.

- José Tavares, bancada do PS

Mencionou que o pontão já foi colocado, no entanto, faltam umas baias de segurança, o que faz com que o mesmo não possa ser utilizado ainda. Associado ao pontão existe todo um cais, em que o executivo camarário realizou um inventário com as necessidades de intervenção a serem efetuadas pelo Porto de Lisboa e, assim sendo, perguntou o que é que o Porto de Lisboa pensa fazer no sentido de resolver a situação e no sentido de o cais poder ser utilizado pelos pescadores e ser usado para efeitos lúdicos, nomeadamente pela embarcação “Bote Leão”.

Seguidamente, referiu que quando o pontão estiver operacional se continuará, possivelmente, a ter o problema dos ameijoeiros no coração da vila, com atividades menos dignas, nomeadamente mudar de roupa na via pública ou a fazer transações à vista de todos. Assim, considera que era importante que a G.N.R. tivesse atenta a esta questão quando o pontão estiver reparado e que adote medidas de fiscalização de forma que os prevaricadores não sejam tentados a fazê-lo novamente, ou seja, corrigir a situação tal como foi corrigida no passado. É claro que não é só um problema do centro da vila de Alcochete, junto à ponte Cais, é um problema transversal à praia do Moinhos e à praia do Samouco, esta última muito fustigada pela questão dos ameijoeiros. O que é

certo é que a população do concelho continua a sofrer com toda esta atividade de apanha de bivalves e os Governos nada fizeram, sendo também um problema nacional. Considera que o Governo Central deveria de uma vez por todas legalizar esta atividade, pois as pessoas que comem estes bivalves devem ter problemas de saúde, ou então, se não se legaliza deveria tomar medidas de fiscalização assertivas.

– Jorge Sinquénique, bancada do CDS/PP

Interrogou se a Carris Metropolitana tinha algumas alterações previstas para facilitar um pouco a vida dos munícipes que são da freguesia de Alcochete e que trabalham e estudam em Lisboa, principalmente a vida de quem faz turnos, porque são estes, digamos, os mais sacrificados, isto é, saem à noite do trabalho e para chegar a casa, agora, têm maior dificuldade. Por exemplo, uma pessoa moradora em Alcochete chega à Gare do Oriente às 00h00 só tem autocarro às 00h30 e depois tem de dar a volta toda pelo Montijo, Samouco e São Francisco e por fim chega a casa por volta da 01h30. Solicitou informação se está prevista alguma alteração nas carreiras do Samouco, ou seja, em vez de darem a volta pelo Montijo, passarem a fazer o circuito por Alcochete, porque é ganho de tempo e ganhar tempo é ganhar vida, bem como solicitou informação se existe previsão para colocação dos abrigos no Samouco.

Informou que alguns parques infantis estão degradados, nomeadamente, falta de ripado na vedação destes, verificando a existência de bebedouros nos mesmos, mas que não estão ao serviço das pessoas/crianças.

Por último, questionou se está prevista a repavimentação da rua da Gaivotas e rua da Liberdade, em Alcochete.

– Presidente da câmara

Em resposta às questões colocadas pela deputada Sofia Giro, começou por referir que registou com muito agrado as notas introdutórias efetivadas sobre

os diversos locais, pois são parte integrante da história do concelho e do património que é bastante apreciado, pelas gentes de Alcochete e por todos aqueles que nos visitam. A Ponte Cais é um ex-libris de Alcochete que abarca a embarcação tradicional do Tejo, o “Bote Leão”, que durante cerca de um ano esteve impedida de desenvolver as suas funções por força das circunstâncias de uma tempestade que destruiu na sua totalidade o cais onde acostava o “Bote Leão”. A Ponte Cais não é da responsabilidade do município, quer no que diz respeito à iluminação, baias, pavimentação e cais, é da exclusiva responsabilidade da Administração do Porto de Lisboa (APL), pese embora o município esteja disponível, como sempre ao longo dos tempos, para em articulação com esta entidade, fazer parte das soluções de modo a erradicar os problemas existentes. Depois de um tempo alargado, o cais já foi colocado e utilizado logo no dia imediatamente a seguir por força de uma atividade que é ilegal, nomeadamente a atividade de apanha de bivalves, que utilizam o cais para carregamento dos respetivos bivalves, sendo sabido que a origem da deterioração do cais anterior foi a questão desta atividade. Realçou que no dia útil seguinte à colocação por parte da APL do respetivo cais, enviou um conjunto de fotografias da prática ilegal de apanha de bivalves e das movimentações no respetivo cais para o Comando Distrital da G.N.R., Destacamento da G.N.R. Montijo/Alcochete e para o Posto Territorial da G.N.R. de Alcochete, bem como para a Polícia Marítima. Deu nota que na legislatura anterior foi elaborado um relatório detalhado, acompanhado de fotografias que comprovavam a degradação da Ponte Cais que foi entregue ao senhor Ministro da Habitação e das Infraestruturas do Partido Socialista, aquando de uma reunião realizada a seu pedido, na expectativa de o Governo pudesse avançar, em parceria com a APL, a requalificação da Ponte Cais. Entretanto, houve novas Eleições Legislativas e já com o atual Governo reuniu com o senhor Ministro das infraestruturas, Dr. Pinto Luz, a quem voltou a reiterar a sua preocupação e a entregar o respetivo relatório acrescentado face ao primeiro, porque volvidos esse tempo a situação se tinha agravado e se deteriorado ainda mais. O senhor Ministro ouviu as suas preocupações, tendo afirmado que, não obstante o facto de a Administração do Porto de Lisboa ter autonomia perante o Governo nestas matérias, iria junto desta entidade proceder ao

reforço da necessidade de intervenção nesta infraestrutura. Mais mencionou que as preocupações da deputada no âmbito da segurança, da manutenção e da requalificação são também as suas preocupações, mas o município não tem a capacidade, nem a competência para efetuar requalificações em áreas territoriais que não são da sua jurisdição, podendo apenas delimitar as zonas que oferecem perigo para pessoas e bens.

Em relação à questão da lixeira a céu aberto na estrada dos Malmequeres, em S. Francisco, mencionou que também existem outros locais que impera a falta de civismo como, por exemplo, locais a cerca de 100 metros do ecocentro, que se encontra aberto ao público durante um longo período do dia e onde não se paga nada para depositar eletrodoméstico e outro tipo de material. Verifica-se que na estrada dos Malmequeres, bem como em outros locais, a recolha do lixo é efetuada regularmente, porém o lixo é recolhido no dia de hoje e no dia de amanhã já se encontra lá depositado novos lixos. A autarquia só pode autuar quando o prevaricador é apanhado em flagrante delito, o que limita a forma de agir do município.

Relativamente ao Sítio das Hortas, declarou que desconhecia a existência de novas construções. Elucidou que os espaços do Sítio das Hortas e do Pinhal das Areias está envolto num protocolo tripartido que envolve a Câmara Municipal de Alcochete, o *Freeport* e o ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Floresta, sendo que a manutenção é da competência do *Freeport*, competindo à câmara municipal desenvolver programas de cariz educativo, nomeadamente relacionados com o meio ambiente.

Em resposta ao deputado Diogo Mourão, aludiu que os dois mandatos do atual executivo foram marcados por acontecimentos relevantes, ou seja, o primeiro mandato foi marcado pelo furacão “Ana” que foi algo de extraordinário do ponto de vista ambiental que teria muita dificuldade em acreditar se não tivesse vivenciado a situação na primeira pessoa, depois registou-se a tempestade “Martinho” que também vivenciou na primeira pessoa em que se registaram vários prejuízos, como queda de árvores em cima de viaturas, falta de

comunicações e eletricidade, tendo sido uma noite de muito trabalho que envolveu a G.N.R., a Corporação dos Bombeiros Voluntários de Alcochete e funcionários da autarquia, em que se levou algum tempo a repor a normalidade, dado que a competência para repor os postes de iluminação é da E-Redes e os postes das telecomunicações é das respetivas operadoras.

No que concerne à rede viária, assumiu que efetivamente existem um conjunto de estradas e caminhos que se encontram num estado lastimoso e a precisar rapidamente de intervenção, contudo, deu nota do investimento efetuado ao longo dos últimos 7 anos no que respeita à rede viária, um valor que ascende aos €6.000.000,00, considerando, todavia, que naturalmente existe muito por fazer. Todas as necessidades estão identificadas, encontrando-se em fase de elaboração de projetos algumas requalificações, porque a realização de concurso público exige a existência de projeto, salientando que as condições climáticas têm prejudicado a rede viária, pois tem chovido, como não há memória de se chover. Evidenciou que o município se encontra muito condicionado pelo Orçamento, não existindo a possibilidade de reparar uma estrada que não estava prevista, asseverando que o Orçamento ainda está mais condicionado por via do PRR, quer no que diz respeito ao Programa “1.º Direito”, isto é, construção de habitação social, quer por via do Programa de Comunidades Desfavorecidas e ao investimento que está a ser efetuado no Passil. Com isto quer dizer que estes projetos são oportunidades extraordinárias para se fazer a diferença no nosso território e para que elas aconteçam é, forçosamente, obrigado a descapitalizar o Orçamento e aquilo que existia no Orçamento, por exemplo, para requalificação da rede viária, foi imputado à construção de habitação social e ao investimento que está a ser efetuado no Passil, porque é uma oportunidade que se aproveita ou se deixa passar em claro.

No que diz respeito à Carris Metropolitana, referiu que, não obstante de acompanhar de forma muito objetiva e assertiva o assunto, deixará as explicações, com a devida autorização do senhor presidente da assembleia, para o senhor vereador Pedro Lavrado. Contudo, espera que com o novo ciclo

autárquico que se irá renovar no presente ano, a administração da Carris Metropolitana tenha uma postura diferente daquela que tem tido até agora.

Relativamente às questões colocadas pelo deputado José Tavares da bancada do PS, sobre a Ponte Cais já falou sobre essa matéria e em relação à questão dos mariscadores, começou por mencionar que lhe parece errado proceder à legalização da atividade de apanha de bivalves, porque as informações que dispõe há 7 anos é que a ameijoia está interdita de ser apanhada, porque está contaminada com metais pesados e tóxicos que interferem na saúde pública das pessoas e, portanto, não acha admissível proceder-se à sua legalização. O IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera, que tem a obrigação de realizar o controlo no que diz respeito a esta matéria, continua a afirmar que a ameijoia está interdita e que influi na saúde das pessoas, portanto, havendo esta postura por parte do IPMA, considera que o que deverá ser realizado é uma fiscalização apertada. Lamenta o facto de no período que antecedeu as últimas eleições legislativas, haver um conjunto de políticos de vários partidos que se deslocaram ao Samouco e Alcochete, a prometer às pessoas que iriam resolver o problema, passou-se um ano e o problema não foi resolvido, considerando que só se pode e deve prometer aquilo que efetivamente se tem capacidade de conseguir resolver, o que não foi o caso.

Em resposta ao deputado Jorge Sinquenique, nomeadamente sobre os parques infantis, informou que realmente existem alguns parques a necessitarem de intervenção, estando-se a realizar algumas delas, nas situações que o município consegue resolver por administração direta, adquirindo externamente os materiais que são necessários substituir. Nos casos de maior abrangência está a ser desenvolvida a requisição para contratação externa de uma empresa especializada e certificada na matéria. No que respeita à rua da Liberdade e rua das Gaivotas, informou que está a ser desenvolvido o procedimento para elaboração dos projetos para depois se avançar para a requalificação

– Vereador Pedro Lavrado

Por solicitação do senhor presidente da câmara e com a devida autorização do senhor presidente da assembleia, relativamente à Carris Metropolitana, começou por lembrar que o município de Alcochete, tal como os restantes municípios da Área Metropolitana de Lisboa (AML), delegaram nesta a competência da autoridade de transportes, sendo, portanto, desta toda a gestão de operação da Carris Metropolitana, tendo competência para alteração de horários e definição de linhas, como, retirar linhas e colocar novas linhas e, por conseguinte, a TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa. Até esta alteração do dia 1 de abril, sempre existiu uma articulação, ou seja, o município sempre foi ouvido, por vezes atendido, outras não atendido, mas sempre houve uma partilha, situação que não aconteceu desta vez e, assim, o município foi surpreendido no dia 11 de março com um *email* vindo da TML a informar que iriam existir alterações na linha 4702 e na 4705 nos horários noturnos e que iria existir uma nova linha, a 4708, que iria funcionar durante a noite. No dia seguinte, os serviços técnicos da autarquia após analisarem as propostas, responderam à TML, passando a citar os pontos mais importantes do *email*:

- “1 – Continuamos a aguardar as alterações à linha 4705 para que os utentes do Samouco deixem de circular pelo Montijo e passem a viajar pelo concelho de Alcochete reduzindo assim, substancialmente, o tempo de viagem;
- 2 – Desconhecemos a origem das propostas e como foram desenvolvidas, ainda que a vossa comunicação refira o inquérito aos passageiros;
- 3 – Os ajustes às linhas 4702 e 4705 não têm vantagens, porque a substituição de circulação noturnas pela nova linha 4708, implicaram maior tempo de deslocação, acrescendo que os desfasamentos nas partidas do Oriente implicam que as partidas serão mais tardias e isso poderá impactar relativamente aos novos horários de chegada dos trabalhadores à empresa.”

A última parte do ponto 3, já é relativamente aos horários diurnos, porque houve alguns ajustes nos horários, cujo objetivo é o desfasar das horas certas e das meias-horas que é onde existe uma maior afluência e, então, eles

desfasaram nalguns casos 5 minutos para mais e 5 minutos para menos para desfasar das horas certas a partir das meias-horas.

A nova linha 4708 é demasiado extensa o que implica maior tempo de deslocação para os munícipes que viajarão para S. Francisco e Alcochete.

Não obstante este *email* que foi enviado, o próprio junto da TML e o senhor presidente da câmara, junto do Conselho Metropolitano, fizeram várias diligências porque foi anunciado que iria existir um reforço do serviço noturno e para o concelho de Alcochete isso não se verificou, ficou tudo na mesma, com a exceção de que a partir da 00h00, os munícipes que vinham de Lisboa para Alcochete teriam de dar a volta pelo Montijo, Samouco e S. Francisco. Foram efetuadas várias insistências para que esta situação fosse revertida, conseguiu-se alguns avanços, mas não suficientes e nos horários a partir das 20h00 e até às 21h40 passaram a ser com uma frequência de 30 minutos, anteriormente era de 45 minutos. Nos horários das 21h40 e 23h55 onde existiam carreiras de hora a hora, passou a existir carreiras de 45 em 45 minutos, mas a partir das 00h00 entrou em circulação a nova linha 4708 e, portanto, os utentes tiveram mesmo de se deslocar pelo Montijo. Não obstante esta situação, houve um reforço por exigência da autarquia, que correspondeu a onde existia carreiras de hora a hora, portanto, às 00h30, 01h30, passou a existir de meia e meia hora, existindo às 00h30, 01h00, 01h30 e às 23h55 a carreira 4702. Salientou que ainda no dia de hoje falou com o Administrador da TML para tentar saber o ponto da situação desta carreira, tendo obtido alguns dados da circulação até ao dia 16 de abril, e assim, portanto, dos primeiros 15 dias de operação, sendo que nessa semana, não é uma semana que sirva muito de referência dado ter sido uma semana que férias escolares e uma semana propícia a férias, que poderá destorcer os dados, porém, verifica-se que por exemplo no horário das 23h55 ainda na 4702 temos uma média de 18 utentes, mas no horário das 00h30 já existe uma média diária de 54 utentes, onde num dia foi atingido um pico de 66 utentes nessa carreira das 00h30. Depois à 01h00 já cai para uma média de 23 e à 01h30 para 16 passageiros. Em relação à subcarga da carreira das 00h30, obteve a disponibilidade por

parte da TML de colocar uma carreira às 00h15, ficando com os horários de 23h55, 00h15 e 00h30, sendo que no dia de hoje obteve por parte da TML confirmação para esse efeito, prevendo que a mesma entre em circulação no mês de maio. Voltou a questionar sobre o problema da carreira 4708 circular pelo Montijo a partir das 00h00 e para quando a carreira 4702 estender o seu horário pelo menos até 01h30 como era anteriormente, não obteve um não, mas obteve uma resposta algo invasiva que o não deixou agradado. Portanto, não vê a TML com grande disponibilidade para que isso venha a acontecer, porque colocaram a 4708 em circulação e agora querem apostar nessa carreira. Irá continuar a insistir para que isso venha a acontecer, para que a carreira 4702 volte a ter horários depois da 00h00, pelo menos até à 01h30.

Em relação à alteração da carreira 4705, ou seja, a mesma deixar de circular pelo Montijo, a resposta da TML é de que precisa de mais viaturas, tendo estado esta entidade a desenvolver os procedimentos necessários para aquisição de mais viaturas, mas como se sabe a aquisição de viaturas pesadas de passageiros não é fácil, pois não existem *stands* que as vendam, as mesmas têm de ser encomendadas. Embora o contrato refira que as viaturas têm de ser novas, sabe que a TML já deu abertura para que as viaturas possam ser em segunda mão, com pouca utilização, mas mesmo assim o operador está com dificuldades em adquirir autocarros, sendo que a Carreira 4705, pelo Montijo, não poderá deixar de existir por causa dos utentes do Montijo, pela que a solução é criar uma nova que sirva Samouco e Alcochete.

Quanto aos abrigos para as paragens do Samouco, informou os mesmos não foram adquiridos no ano transato porque não estavam previstos em Orçamento, porque não havia dotação, já ficou este ano e está a decorrer o concurso público para compra e montagem dos mesmos, esperando que em breve o processo esteja resolvido e que os abrigos sejam montados no Samouco, naquelas novas paragens que sofreram alterações em agosto e que ainda não têm abrigo.

– Sofia Giro, bancada do Chega

Dado que o senhor presidente disse que desconhecia o facto da existência de construções no Sítio das Hortas, informou que se tratava de uma construção de barrotes de madeira, podendo observar nas fotos que tem em sua posse a existência também de um andaime.

- Presidente da câmara

Mencionou que quando a deputada falou em construções, julgou que estivesse a falar da existência de construções de forma mais consolidada. Sendo a instalação de barrotes de madeira, já sabe do que se trata e a fiscalização municipal está a acompanhar o assunto. Na impossibilidade de se confrontar a pessoa em flagrante delito, foi publicado edital e afixado no local, no sentido de os barrotes serem removidos. Se porventura dentro do prazo os mesmos não forem removidos, o município irá proceder à sua retirada.

- Presidente da assembleia

Referiu que não consegue compreender como a TML pode reduzir carreiras, dado que a TML não é a operadora, a TML recorre à Carris Metropolitana para pedir serviços, a TML é propriedade da AML e esta, por conseguinte, é propriedade dos municípios, por isso causa-lhe estranheza que a TML tome decisões à revelia dos municípios.

Posteriormente, ao abrigo da alínea f), do artigo 20.º do regimento da Assembleia Municipal, usaram da palavra os seguintes membros:

- Sofia Giro, bancada do Chega

Apresentou a seguinte Proposta de Gabinete de Proximidade e Acompanhamento Comunitário:

«A segurança nas sociedades assume o estatuto de bem público e de direito fundamental, é percecionada como um fator de desenvolvimento económico, coesão social e política.

Produzir mais segurança, não passa, apenas, pela diminuição dos níveis de segurança objetiva (como a violência urbana, o terrorismo e a pequena e média criminalidade), mas também, pela diminuição dos níveis de segurança subjetiva, falando assim do sentimento de insegurança.

A insegurança é algo que questiona a sociedade e as instituições que têm a responsabilidade de a combater, colocando em causa os princípios fundadores da nação, como a coesão social que permite a vida em comum, caracteriza-se, por compreender duas vertentes, a insegurança real ou objetiva e a insegurança ressentida. Estas desenvolvem-se num plano material, sobre a forma de crimes contra as pessoas e contra os bens, mas, também, sobre um plano psicológico, onde são produzidos sentimentos de medo pessoal e de preocupações securitárias.

O sentimento de insegurança na vila do Samouco alimenta-se das crises concretas do dia-a-dia, ameaças difusas, sejam de natureza económica, política, social ou mesmo das chamadas incivildades.

Saber quais as razões que estão por detrás deste sentimento de insegurança tem sido uma área de estudo e de preocupação do partido Chega no concelho de Alcochete, nomeadamente na freguesia do Samouco.

A prevenção de problemas complexos, como é o caso do crime e do sentimento de insegurança, para além das respostas políticas interdisciplinares e multifacetadas, exige das instituições, como a G.N.R., que têm a tarefa específica de manter a segurança e a tranquilidade públicas, mudanças no sentido de prevenção, reforçando a proximidade com o cidadão e o sentimento de segurança.

Para fazer face a estes fatores, como a diminuição do sentimento de insegurança e a prevenção e combate à criminalidade, as instituições policiais têm um papel fundamental e uma importância acrescida, tendo em conta a complexidade das sociedades.

A garantia de proximidade e a qualidade na prestação dos serviços é o foco.

Assim, os Pontos de Proximidade ao Cidadão, deverão garantir a assistência e a disponibilidade de auxílio ao cidadão, sendo que estes poderão ser materializados por um gabinete de atendimento ao cidadão, implementado numa infraestrutura pública, como por exemplo uma junta de freguesia.

Neste contexto, a bancada do Chega propõe que seja dado o devido encaminhamento para as entidades competentes neste sentido, para ser criado um Gabinete de Proximidade e Acompanhamento Comunitário (CPAC) na freguesia do Samouco, com base no projeto criado pelos responsáveis máximos da Guarda Nacional Republicana, juntamente com o Ministério da Administração Interna e juntas de freguesia.

A iniciativa permite que os militares estejam equipados com tecnologia adequada, deslocando-se aos territórios e às comunidades locais mais afastadas dos postos territoriais e junto das populações criando laços. Podem, assim, realizar todo o serviço que efetuam no Posto Territorial, nomeadamente emissão de documentos, recolha de dados e de informação, que ficam numa base de dados que é salvaguarda e segura por parte dos próprios militares da G.N.R.»

Submetida à discussão registaram-se as seguintes intervenções:

- Joel Rodrigues, bancada do PS

Na qualidade de presidente da Junta de Freguesia do Samouco referindo-se ao seguinte parágrafo da proposta: “o sentimento de insegurança na vila do

Samouco alimenta-se das crises concretas do dia-a-dia, ameaças difusas, sejam de natureza económica, política, social ou mesmo das chamadas incivildades”, solicitou que a senhora deputada identificasse concretamente o que são as crises concretas do dia-a-dia e ameaças difusas e questionou se a mesma conhece a vila do Samouco ou se apenas é uma eleitora.

– Diogo Mourão, bancada do PS

Também se referindo a um parágrafo da proposta, concretamente: “Saber quais as razões que estão por detrás deste sentimento de insegurança tem sido uma área de estudo e de preocupação do partido Chega no concelho de Alcochete, nomeadamente na freguesia do Samouco”, questionou quais foram as conclusões desse estudo e perguntou qual a relação que existe entre o texto e o que é proposto no fim, pois parece-lhe que a existência do Gabinete, nomeadamente para emissão de documentos, recolha de dados e informação, vá alimentar a tal segurança subjetiva, como é dito na proposta.

– Presidente da assembleia

Mencionou que ao ler a proposta, no começo verifica que existe um sentimento de preocupação, contudo a conclusão da proposta é para ser criado um gabinete para emissão de documentos, ora, para si, não é isso que combate a insegurança, se lhe disserem que a criação do gabinete é para reforço policial, tudo bem, agora para emitir documentos para evitar deslocações ao posto de Alcochete, não concorda. Assim, parece-lhe que a criação do gabinete é mais uma proposta política do que servir propriamente para resolver o problema de insegurança que existe no Samouco, como existe no país inteiro.

– Patrícia Figueira, bancada do CDS/PP

Aludiu que o documento deveria ter sido apresentado como uma Recomendação e não como Proposta, no sentido de ser dada a conhecer ao Ministério da Administração Interna. Questionou se quando o Chega fez este

levantamento acerca do problema de segurança, também efetuou o levantamento quanto ao número de efetivos da G.N.R. que são necessários para andar no terreno, sabendo, porém, que não são suficientes, pois as forças políticas que reúnem com a G.N.R. com frequência sabem que não existem meios para realização da atividade normal da G.N.R., quanto mais para criar um gabinete com atribuições de caráter administrativo.

– Álvaro Costa, bancada da CDU

Asseverou que ao ler o documento apresentado, se não conhecesse o Samouco ficava com um sentimento de insegurança muito grande, até ficava com medo de ir a essa freguesia. Vive no Samouco há 70 anos e quando lá chegou a população não chegava a 1000 habitantes, atualmente são quase 4000, pelo que é obvio que existem problemas, como existem em qualquer freguesia, por exemplo, a ourivesaria já foi assaltada, como foram assaltadas ourivesarias em qualquer lado do país, porém anda-se calmamente no Samouco tanto durante o dia como à noite, sem existir sentimento de insegurança, contudo, isto não quer dizer que não haja a necessidade de reforço policial. Considera que o documento assenta fundamentalmente sobre a situação dos mariscadores e as comunidades de imigrantes, tailandeses na sua grande maioria. Vive a 300 metros de onde vive uma comunidade tailandesa, na ordem das 100 pessoas e verifica que são pessoas extremamente pacíficas, que agem com muita naturalidade, integrando-se dentro daquilo que é a sua condição natural, não estando, porém, a falar de legalidade ou ilegalidade da sua atividade, porque esse assunto já foi muito discutido, salientando que a apanha de ameijoas apenas está proibida em certas zonas, existindo zonas em que não está proibida, porque existem mariscadores que estão licenciados e que podem mariscar, por exemplo, a norte da Ponte Vasco da Gama não podem ser apanhados bivalves, mas na parte abaixo da ponte até à Trafaria, os bivalves podem ser mariscados por quem tem licença. Ao ler-se o documento apresentado verifica-se que a comunidade imigrante é o grande objeto que leva ao sentimento de insegurança, insegurança que a sua pessoa não sente, e vive no Samouco, contudo, reconhece que é necessário

reforçar o policiamento, a vigilância. Concluiu afirmando que não percebe bem qual seria a função do gabinete, se fosse para efetuar o que é dito, iria existir uma duplicação de serviços no concelho, pelo que não vê necessidade.

– Andreia Sousa, bancada do PSD

Concorda que deverá haver mais fiscalização e não só no Samouco, mas em todo o concelho de Alcochete. Questionou quem teria a responsabilidade pelo gabinete, porque a proposta no penúltimo parágrafo refere que seria um projeto criado pela G.N.R., juntamente com o Ministério da Administração Interna e junta de freguesia. Mais questionou se existe capital humano na G.N.R. para o gabinete funcionar em condições. Se o objetivo é o combate da criminalidade, perguntou porque é aludido no documento que o gabinete serviria para a emissão de documentos. Portanto, parece-lhe que seria um gabinete para receber queixas e para tratar de documentação e não para resolver o problema de criminalidade, no caso, na freguesia do Samouco.

– João Espiga, bancada do PS

Começou por referir que a proposta apresentada é extremamente confusa, que se encontra mal elaborada, não segue uma linha correta de pensamento, está mal estruturada e de alguma forma está fora do contexto real, tendo algumas imprecisões, nomeadamente porque são utilizadas palavras como insegurança ressentida e produzir segurança o que torna ainda o documento mais confuso. No 7.º parágrafo diz que existe uma diminuição do sentimento de insegurança, quando deveria ser precisamente o contrário.

– Sofia Giro, bancada do Chega

Mencionou que o estudo foi efetuado por elementos do Chega que foram para o terreno abordar 80 pessoas que residem na freguesia do Samouco. Após análise dos dados recolhidos conclui-se que faria sentido propor a criação deste gabinete de proximidade, dado que o estudo indica que existe muita

insegurança no Samouco. Alguns deputados acham que a proposta não faz sentido, especialmente porque refere que gabinete serviria para elaborar papéis e tratar de documentos, porém o Chega não é cego às condições que a G.N.R. tem em Alcochete, sabe que não existe a quantidade ideal de efetivos e que não podem estar constantemente a patrulhar todas as freguesias do concelho, daí a proposta de criação do gabinete. Não é a solução perfeita e ideal, mas o Chega acredita que tendo pelo menos numa parte do dia os militares mais próximos destes fregueses, poderá tranquilizar a população, como dissuadir algum potencial criminoso. Não irá erradicar o crime totalmente, porém irá trazer tranquilidade aos cidadãos.

Quanto à sugestão efetuada pela bancada do CDS-PP, mencionou que iria manter o documento como Proposta e não como Recomendação, sendo que a mesma envolve várias entidades, desde a junta de freguesia, G.N.R. e o Comando do Distrito.

– Presidente da assembleia

Partilha da opinião de que existe insegurança, sendo que a insegurança não é só aquilo que se acha que é crime, é achar que no concelho a G.N.R. não está presente, por exemplo, já telefonou à G.N.R. a solicitar a intervenção destes e a resposta foi que estou sozinho no posto, pelo que só se mandar vir alguém de Setúbal e, assim sendo, considera que ninguém se pode sentir seguro perante esta realidade. Mencionou que é do tempo em que só existiam 5 elementos no Posto da G.N.R. de Alcochete e quando esta era chamada existia a intervenção destes, atualmente julga que são cerca de 32 elementos, e se chamar a G.N.R. à noite, não há ninguém, portanto a falta de efetivos não é justificativa de tudo o que se passa. Em Alcochete, existe muito estacionamento abusivo, as pessoas estacionam, por exemplo, no jardim do Coreto em cima da relva, para colocar o carro à sombra e isto para si é insegurança e não lhe digam que é por falta de efetivos na G.N.R., porque basta um elemento da G.N.R. para fiscalizar estas situações, poderá existir outras razões, por exemplo, muito trabalho formal, mas para si não é a falta de

efetivos que justifica o que se vive no dia-a-dia no concelho. Considera que a criação de um gabinete para passar papeis não irá trazer sentimento de segurança, porque isso existe em Alcochete e a insegurança é sentida.

Recordou que o senhor presidente da câmara, salvo erro na última sessão da assembleia municipal, transmitiu que o Comandante do Posto de Destacamento Territorial do Montijo disse que não tinha falta de efetivos no Posto da G.N.R. de Alcochete, aquando de uma reunião havida com o senhor Ministro da Administração Interna.

– José Luís Catalão, bancada do PS

Pensa que num trabalho de investigação sério, 80 pessoas não é representativo do universo de uma população de 3344 recenseados na freguesia do Samouco, pois só corresponde a 2,39% da população. Julga que o documento apresentado está mal escrito e mal formalizado, sugerindo assim que a próxima vez que o Chega apresentar documentos, que seja explícito naquilo que pretende.

– Sofia Giro, bancada do Chega

Lamenta o facto de o senhor deputado José Luís Catalão considerar que o documento esteja mal elaborado e recordou que Portugal tem mais de 10 milhões de habitantes e as sondagens para as eleições nacionais são efetuadas com cerca de 500/800 pessoas.

– Diogo Mourão, bancada do PS

Referiu que não lhe surpreendia a amostra efetuada pelo Chega, porque no fundo é o Chega, ou seja, um imigrante, um estrangeiro comete um crime e são todos uns bandidos.

Submetida à votação, a Proposta foi rejeitada com 20 votos contra (13 do PS, 5 da CDU e 2 do CDS-PP), 3 abstenções (2 do PS e 1 do PSD) e 1 voto a favor do Chega.

- Helena Batista, bancada da CDU

Apresentou a seguinte Saudação “1.º de Maio – Dia internacional dos Trabalhadores”:

«O dia 1.º de Maio, Dia Mundial dos Trabalhadores, homenageia as mulheres e homens que em todo o mundo lutaram e lutam por melhores condições de vida e de trabalho e pela construção de sociedades mais justas e mais solidárias. Em Portugal, a luta dos trabalhadores tem dado um contributo importante para combater medidas políticas que levam ao empobrecimento dos trabalhadores e do país.

Foi com a luta que os trabalhadores conseguiram o aumento do salário mínimo nacional, a recuperação dos quatro feriados, a reposição dos salários e das 35 horas na administração pública, entre outros direitos e conquistas nos locais de trabalho, empresas e setores. Mas é preciso ir mais longe e atacar as causas que estão na origem da pobreza laboral. É preciso valorizar o trabalho e os trabalhadores, isto é:

- Aumentar salários; reduzir horários de trabalho;
- Harmonizar horários de acordo com a vida dos trabalhadores e das suas famílias;
- Criar e garantir emprego com direitos;
- Apoiar os jovens na procura do primeiro emprego;
- Reduzir o número de anos de trabalho para se atingir a idade da reforma;
- Combater eficazmente a precaridade laboral;
- Desbloquear e dinamizar a negociação e contratação coletiva;
- Revogar as normas gravosas da legislação laboral;

- Defender os serviços públicos e as funções sociais do Estado.

Saudamos assim o 1.º de Maio como jornada de luta para todos os trabalhadores e apelamos à sua participação nas comemorações no próximo dia 1 de maio.

Os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Alcochete na sua sessão ordinária de abril delibere:

1. Saudar os trabalhadores portugueses e do mundo, manifestar solidariedade para com a luta por eles desenvolvida, exortando-os a continuá-la, numa perspetiva de consolidar direitos conquistados e de alcançar novos avanços que conduzam à sua total emancipação;
2. Dar conhecimento desta Saudação às organizações sindicais do concelho de Alcochete, às centrais sindicais nacionais e aos órgãos de comunicação social, bem como remeter a presente Saudação para o senhor Presidente da República, senhor Presidente da Assembleia da República, senhor Primeiro-Ministro, os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à CGTP-IN (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, Intersindical Nacional) e à UGT (União Geral dos Trabalhadores.»

Submetido à discussão, não se registaram intervenções.

Submetido à votação, a Saudação foi aprovada por maioria, com 20 votos a favor (12 do PS, 5 da CDU, 2 do CDS-PP e 1 do PSD), 3 abstenções do PS e 1 voto contra Chega.

Sofia Giro, em nome do Chega, apresentou a seguinte declaração de voto:

«Votamos contra esta Saudação, não porque sejamos contra o 1.º de Maio, mas porque somos contra a carga ideológica e o aproveitamento político que o PCP faz sempre nesta data.»

O senhor presidente da assembleia apresentou, em seu nome, a seguinte declaração de voto:

«Eu abster-me porque isto é uma carga ideológica que tem coisas que são sempre as mesmas, algumas que já não fazem sentido no Portugal de hoje e coisas que eu acho irresponsáveis, tal como, reduzir horários de trabalho. Nós temos hospitais a fechar, se reduzirmos a horário maior prolema teremos no SNS, nos quais os senhores são grandes defensores, se não há médicos, com menos horas de trabalho, menos médicos haverá. Depois reduzir a idade da reforma para a minha geração, para quê? Para os meus filhos depois terem de trabalhar até aos 70 ou 75 anos. Sejam um pouco responsáveis e, portanto, temos de pensar às vezes nas medidas e o que elas provocam, porque esta história já prejudicou a minha geração, pois eu vou-me reformar aos 66, 67 ou 70 anos por alguns desvaneios que foram criados e não esperem que eu vá aqui enumerá-los quais são. Portanto, às vezes temos de ser responsáveis naquilo que propomos. No Portugal de hoje é impossível reduzir horários em determinadas funções, sob pena de todos sofremos as suas consequências. Depois dizer que a legislação laboral é gravosa, em vez de se preocuparem com estas questões, expliquem aos trabalhadores os direitos que têm na Lei atual, mas não explicam, porque interessa este tipo de situação. A Lei hoje em dia proíbe praticamente os contratos a prazo, proíbe-os, e nós temos 40% de contratos a prazo quando a Lei proíbe, porque as situações de contrato a prazo são excecionais e o que as empresas fazem é pôr aumento da atividade e quando a ACT lá vai, passa tudo a efetivo, pelo que, denunciem, usem a Lei, porque ela não é gravosa, ela defende os trabalhadores, é preciso é que digam aos trabalhadores os direitos que têm, porque os trabalhadores que foram demitidos da TAP e que tinham falsos contratos a prazo, vão todos que ser indemnizados e é a Lei que é gravosa?, que os defendeu. A Lei Laboral não é assim tão gravosa, felizmente eu vivo num Portugal que hoje em dia já defende os trabalhadores, na prática isso pode não existir, porque também não sabem se defender e não os ensinam a defender, portanto há coisas que é preciso a

gente ter algum nexo de causalidade naquilo que propomos e por isso eu absteve-me.»

– Ana Lourenço, bancada da CDU

Apresentou a seguinte Moção “25 de Abril”:

«O 25 de Abril, desencadeado pelo heroico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas, logo seguido de um levantamento popular, pôs fim aos anos de ditadura fascista, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais.

Considerando que assinalamos este ano os 51 anos do aniversário da Revolução de Abril e os 49 anos do aniversário da Constituição da República de Portugal liberto de repressão, censura, prisões e tortura dos muitos democratas e patriotas que se bateram pela liberdade e a democracia;

Considerando que a Revolução de Abril propiciou conquistas políticas, sociais, económicas e culturais que a Constituição da República acolheu e foram a fonte para um acelerado desenvolvimento do País com uma marcante e galvanizante participação dos trabalhadores e das populações;

Considerando que a Revolução de Abril e a aprovação da Constituição da República foi um dos maiores atos de afirmação de soberania e independência nacionais;

Considerando que os Valores de Abril permanecem bem fundo no ideário dos trabalhadores e do povo português e que a constituição da República, apesar de ter sido sujeita ao longo dos anos às mais diversas provas, a desvirtuamento e descaraterização, continua a consagrar um conjunto de princípios e normas que constituem elementos bastantes para um Portugal em liberdade, democracia, progresso social e económico, desenvolvimento cultural e paz;

Considerando que alguns dos valores e direitos conquistados com o 25 de Abril têm sido postos em causa, a luta continua viva e atual, constituindo a expressão mais vibrante da solidariedade, da luta dos trabalhadores pelos seus direitos, pelo progresso, justiça social e pela Paz. Este é o tempo de valorizar o trabalho e dignificar os trabalhadores, combater o desemprego, precariedade, os baixos salários e pensões. Considerando que nos últimos anos Portugal viveu uma grave e profunda crise económica e social;

Considerando que Portugal precisa de uma economia soberana e sem exploração que garanta emprego, direitos, justiça social, uma estratégia de desenvolvimento económico e social, que valorize o trabalho, a qualidade de emprego, promova a melhoria dos salários, a igualdade no trabalho e o fim das discriminações, justiça social, políticas sociais justas e de qualidade. E alguns destes objetivos poderão ser respondidos pela força na Assembleia da República. Pois finalmente, conseguiu-se dar a perceber à direita outra conquista de Abril e consagrada na constituição: a de que não existem eleições para primeiro-ministro, mas sim eleições para 230 deputados.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Alcochete, reunida a 17 de abril de 2025 delibera:

- Saudar os valores e conquistas da Revolução de Abril, cujos elementos essenciais estão consagrados na Constituição da República Portuguesa e são base para uma política que sirva Portugal e os portugueses;
- Valorizar as diversas iniciativas de comemoração do 25 de Abril e apelar aos autarcas, aos trabalhadores, movimento associativo e a toda a população para se associarem às comemorações da Constituição da República Portuguesa;
- Saudar todos os trabalhadores de Alcochete, nomeadamente os das autarquias pelo esforço e dedicação que empregam no seu trabalho no dia a dia, tal como os vários homens e mulheres nas empresas que

fazem todos os dias o seu melhor, apesar dos constrangimentos, baixos salários e precariedade.

Enviar para:

Presidente da República; Primeiro-Ministro; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Associação Nacional dos Municípios Portugueses; Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional; União Distrital de Sindicatos de Setúbal e órgãos de comunicação social, nacional e regional.»

Submetida à discussão, não se registaram intervenções.

Submetida à votação, a Moção foi aprovada por maioria com 23 votos a favor (15 do PS, 5 da CDU, 2 do CDS-PP e 1 do PSD) e 1 voto contra do Chega.

Sofia Giro, em nome do Chega, apresentou a seguinte declaração de voto:

«Votamos contra a forma como o 25 de Abril tem vindo a ser celebrado e apropriado como o único símbolo da liberdade em Portugal.

Reconhecemos a importância histórica da Revolução de Abril na queda do regime do Estado Novo e na abertura do caminho para um regime democrático. No entanto, importa também recordar que esse período foi marcado por uma forte instabilidade política, tentativas de radicalização ideológica e riscos reais na substituição de um autoritarismo por outro, de sinal contrário.

Foi o 25 de novembro de 1975 que permitiu travar essa deriva e garantir a consolidação de um regime democrático, pluralista e assente no Estado de Direito. Foi nesse dia que se asseguraram as condições para uma liberdade verdadeiramente inclusiva e duradoura – para todos, e não apenas para uma parte da sociedade.

Celebrar a liberdade exige responsabilidade e a coragem de contar a história na sua totalidade. E a história diz-nos que também que o 25 de novembro foi determinante para os valores que hoje nos regem: a democracia, pluralismo, liberdade de pensamento e expressão.

Por isso, não podemos votar a favor de visões parciais ou incompletas da nossa história recente. A liberdade constrói-se, também, através da valorização da diversidade de perspetivas e da rejeição de narrativas únicas.»

- Ana Maduro, bancada do PS

Apresentou o seguinte Voto de Louvor “Coletividades do Concelho”:

«Os elementos da bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal vêm por este meio louvar as coletividades do concelho, que comemoraram os seus aniversários e que passamos a enumerar:

- A Sociedade Recreativa de São Francisco, fundada a 1 de março de 1944, pelo seu octogésimo primeiro aniversário;
- A Associação GilTeatro, fundada a 4 de março de 1997, pelo seu vigésimo oitavo aniversário;
- A Associação de Caçadores de Alcochete, fundada a 13 de março de 1989, pelo seu trigésimo sexto aniversário;
- A Associação de Pescadores de Alcochete, fundada a 18 de março de 2005, pelo vigésimo aniversário;
- O Futebol Clube de São Francisco, fundado a 19 de março de 1977, pelo seu quadragésimo oitavo aniversário;
- A Associação Académica de Alcochete, fundada a 23 de março de 1994, pelo seu trigésimo primeiro aniversário;
- A Associação das Tradicionais Festas de Confraternização Camponesa, fundada a 3 de abril de 2002, pelo seu vigésimo terceiro aniversário;
- A Casa do Povo de Alcochete, fundada a 15 de abril de 1943, pelo seu octogésimo segundo aniversário.

Solicita-se à presente Assembleia Municipal, reunida ordinariamente a 17 de abril de 2025, que este Voto de Louvor seja remetido para as entidades acima mencionadas.»

Submetido à discussão, não se registaram intervenções.

Submetido à votação, o Voto de Louvor foi aprovado por unanimidade.

– Diogo Mourão, bancada do PS

Apresentou a seguinte Saudação “51 anos de Liberdade e Democracia”:

«Na madrugada do 25 de abril de 1974, os militares do Movimento das Forças Armadas (MFA), composto na sua maioria por capitães, saíram do Quartel da Pontinha, em Lisboa, ao som de “Grândola Vila Morena”, de Zeca Afonso e já após “E Depois do Adeus”, de Paulo de Carvalho que havia sido a primeira senha da revolução.

A par de Lisboa, também no Porto existiram militares a tomar posições. E a partir de Santarém, sob o comando do capitão Salgueiro Maia, os homens da Escola Prática de Cavalaria tiveram a importante missão de vir ocupar o Terreiro do Paço e os ministérios ali instalados.

Estas importantes movimentações revolucionárias puseram fim a um regime autoritário, que durante mais de 40 anos governou em ditadura e que reprimiu todas as tentativas de transição para um estado de direito democrático.

Um ano depois da Revolução dos Cravos, os portugueses votaram, pela primeira vez, em liberdade e em consciência.

No ano em que se comemoram os 51 anos desta efeméride, não podemos deixar que as conquistas de abril sejam jamais esquecidas, sobretudo quando

assistimos diariamente a ataques violentos à Democracia e ao Estado de Direito. “25 de abril sempre, fascismo nunca mais!”

Que não existam dúvidas: todas estas conquistas não seriam possíveis se não vivêssemos um estado livre e democrático. Àqueles que criticam o 25 de Abril de 74, que tenham a consciência que só existem e só o podem criticar porque existiu o 25 de Abril de 74. Porém, não esqueçamos que a liberdade, definida em dicionário como o direito de proceder conforme nos pareça, só será plena quando esse direito não se sobrepuser ao direito de outrem, porque “a minha liberdade termina onde começa a dos outros”.

A bancada do Partido Socialista vem por este meio saudar todos os militares e civis que fizeram com que o dia 25 de abril de 1974 ficasse para sempre na história como o dia em que Portugal deu os seus primeiros passos rumo a um estado de direito democrático.»

Submetido à discussão, não se registaram intervenções.

Submetido à votação, a Saudação foi aprovada por maioria com 23 votos a favor (15 do PS, 5 da CDU, 2 do CDS-PP e 1 do PSD) e 1 voto contra do Chega.

Sofia Giro, em nome do Chega, apresentou a seguinte declaração de voto:

«Votamos contra a forma como o 25 de Abril tem vindo a ser celebrado e apropriado como o único símbolo da liberdade em Portugal.

Reconhecemos a importância histórica da Revolução de Abril na queda do regime do Estado Novo e na abertura do caminho para um regime democrático. No entanto, importa também recordar que esse período foi marcado por uma forte instabilidade política, tentativas de radicalização ideológica e riscos reais na substituição de um autoritarismo por outro, de sinal contrário.

Foi o 25 de novembro de 1975 que permitiu travar essa deriva e garantir a consolidação de um regime democrático, pluralista e assente no Estado de Direito. Foi nesse dia que se asseguraram as condições para uma liberdade verdadeiramente inclusiva e duradoura – para todos, e não apenas para uma parte da sociedade.

Celebrar a liberdade exige responsabilidade e a coragem de contar a história na sua totalidade. E a história diz-nos que também o 25 de novembro foi determinante para os valores que hoje nos regem: a democracia, pluralismo, liberdade de pensamento e expressão.

Por isso, não podemos votar a favor de visões parciais ou incompletas da nossa história recente. A liberdade constrói-se, também, através da valorização da diversidade de perspetivas e da rejeição de narrativas únicas.»

– Diogo Mourão, bancada do PS

Apresentou a seguinte Saudação “Dia Internacional do Trabalhador”:

«O Dia Internacional do Trabalhador é a data comemorada internacionalmente, que nasceu da luta de trabalhadores norte-americanos que, em 1886, fizeram pela primeira vez greve com o objetivo de conquistar melhores condições de trabalho, nomeadamente, a redução da jornada diária de trabalho das dezassete para as oito horas laborais.

Em Portugal, o direito de comemorar esta data só foi restituído após a Revolução dos Cravos, uma vez que durante o Estado Novo, as manifestações no Dia do Trabalho (e não do Trabalhador) eram organizadas e controladas pelo mesmo.

Ao longo dos 51 anos de abril, muito se tem feito para melhorar as condições laborais dos trabalhadores, como legislação, criação de postos de trabalho, qualificação dos trabalhadores e melhorias das condições contratuais, a

regulação de contratos e o aumento do salário mínimo nacional, cifrado nos €870,00, entre outras medidas significativas.

Sabemos, no entanto, que há muito por fazer. A reivindicação de melhores condições é legítima quando as condições de vida se tornam mais difíceis diariamente, porque a força motora do país – os trabalhadores e as suas famílias – merecem mais e melhores condições laborais, respeito e apoio de patrões, parceiros e Governo.

A bancada do Partido Socialista vem deste modo saudar aqueles que em 1886 ousaram reivindicar pela primeira vez os seus direitos laborais e todos os trabalhadores que atualmente continuam a ter a oportunidade de assinalar este 1.º de Maio em sua homenagem.»

Submetida à discussão, não se registaram intervenções.

Submetida à votação, a Saudação foi aprovada por maioria com 23 votos a favor (15 do PS, 5 da CDU, 2 do CDS-PP e 1 do PSD) e 1 voto contra do Chega.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

A assembleia tomou conhecimento.

PONTO 2 - PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA (PMAC) DE ALCOCHETE

Proposta aprovada por unanimidade na reunião da Câmara Municipal de 02/04/2025:

«Considerando que:

1. Em reunião de Câmara de 05/02/2025, foi aprovada a colocação em consulta pública da proposta de Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) de Alcochete;
2. Foi publicado o edital n.º 14/2025, que se junta em anexo, referente ao prazo da consulta pública, que decorreu entre 06 de fevereiro e 8 de março de 2025;
3. Decorrido o referido prazo, encontra-se concluída a fase da consulta pública.

Propõe-se que:

Nos termos e para efeitos do disposto na alínea f), do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais - Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal de Alcochete delibere aprovar o Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) de Alcochete, apresentado em anexo.

Mais se propõe que:

Seja submetida à assembleia municipal para aprovar o Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) de Alcochete.»

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Vereador Pedro Lavrado

Por solicitação do senhor presidente da câmara e com a devida autorização do senhor presidente da assembleia referiu que o município de Alcochete através do Plano de Ação Climática pretende dar resposta aos novos requisitos normativos e legais estabelecidos pela Lei de Bases do Clima, no contexto da política climática.

O município pretende definir uma estratégia local, com identificação de medidas de mitigação e adaptação às alterações climáticas, visando a redução das emissões de CO2 em, pelo menos, 55% em 2030, 65 a 75% em 2040 e, pelo menos, 90% em 2050, em relação ao valor de 2005, acelerando a descarbonização e potenciando a resiliência do concelho às alterações climáticas, reforçando os objetivos e metas de sustentabilidade estabelecidos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), nomeadamente ODS3 Saúde de qualidade; ODS6 Água potável e saneamento; ODS7 Energias renováveis e acessíveis; ODS11 Cidades e comunidades sustentáveis; ODS12 Produção e consumo sustentáveis; ODS13 Ação Climática e ODS15 Proteger a vida terrestre.

As ações propostas no Plano Municipal de Ação Climática de Alcochete (PMAC) vêm refletir as diretrizes definidas e conhecidas para a programação comunitária, sendo ainda identificadas as metas a atingir e a calendarização e opções de financiamento. Em relação ao financiamento mencionou que é um investimento muito avultado para o município, sendo expetável que existam fundos, principalmente fundos comunitários para estas intervenções, no entanto para que as intervenções sejam elegíveis é necessário que estejam refletidas neste plano e daí a urgência nesta aprovação para que a sua implementação seja possível pela candidatura a estes fundos e que deverão estas atividades estar refletidas neste PMAC.

Este plano foi elaborado pela S.Energia através dos seus técnicos que se disponibilizaram gratuitamente na sua execução, isto é, o Município de Alcochete não teve qualquer encargo com a elaboração deste plano, quando inicialmente tinha em Orçamento cerca de €20.000,00. O plano esteve em

consulta pública, não tendo sido recolhidos contributos e deste modo vem a esta assembleia para deliberação e aprovação. Seguidamente, pediu autorização para a Administradora-Delegada da S.Energia, Eng.^a Susana Camacho, efetuar uma breve apresentação de plano, tendo o senhor presidente da assembleia autorizado a sua intervenção.

– Presidente da assembleia

Questionou a Eng.^a Susana Camacho por quantos anos é a intervenção do plano.

– Eng.^a Susana Camacho

Respondeu que as metas finais são o ano de 2050, mas que existem metas intermédias, ou seja, 2030, 2040 e depois 2050.

– Presidente da assembleia

Perguntou se o objetivo do mesmo é, essencialmente, para reduzir as emissões de CO2

– Eng.^a Susana Camacho

Informou que sim tem essa componente em termos quantificáveis, mas também a adaptação dos territórios a uma maior resiliência face às consequências das alterações climáticas.

– Presidente da assembleia

Como o estudo refere que o principal produtor de CO2 é os transportes com 60%, pelo que interrogou o que está previsto nessa área dos transportes, ou seja, o que é possível a autarquia fazer sobre isso.

– Eng.^a Susana Camacho

Comunicou que existem no plano uma série de medidas específicas que estão preparadas e que foram estudadas em conjunto com os técnicos municipais exatamente para esse setor que se sabe que é o emissor mais responsável por emitir emissões de CO2. Até há pouco tempo os municípios não conseguiram ter uma atuação tão direta como gostariam nessa vertente, mas estão estudadas e apresentadas medidas para esse setor em particular, que acaba por ser o mais importante.

– José Tavares, bancada do PS

Considera que o plano é muito exaustivo, mas muito bem elaborado, apoiado em documentação de várias ordens e regulamentação, portanto, um documento com muita informação que é importante. Congratulou o executivo por ter colocado na agenda estas questões climáticas e a preocupação em fazer o diagnóstico do estado climático do município, porque todos nós sentimos a questão do clima, veja-se as catástrofes que tem havido, como por exemplo as cheias, os incêndios, o aumento do calor, etc. e daqui uns anos as futuras gerações vão passar por ainda mais.

Existe agora um conjunto de ações e indicadores que é necessário levar a efeito, como também existe um investimento que é necessário disponibilizar para levar as ações de mitigação por diante, estando convicto que da mesma forma que o município se associou a este plano, que irá fazer de tudo para levar por diante as ações de mitigação e contribuir para a melhoria das questões climáticas, pois o que se tem assistido é a dirigentes de topo a continuarem a negar as questões climáticas como não existissem e nada fazer e só se preocuparem com o lucro das grandes empresas.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

Seguidamente, o senhor presidente propôs a realização de um intervalo pelo período de 5 minutos, o que foi aceite.

PONTO 3 - PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2024 E RELATÓRIO DE GESTÃO 2024

Proposta aprovada por maioria, com 5 votos a favor do PS e 1 abstenção da CDU, na reunião da Câmara Municipal de 02/04/2025:

«No âmbito do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos utilizadores das demonstrações financeiras determinada pelas suas necessidades, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas; e para a tomada de decisões.

A estrutura concetual da informação financeira pública, prevista no SNC-AP, estabelece que a informação proporcionada pelo relato financeiro deve incidir genericamente, sobre:

- a) A posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa;
- b) O relato da informação financeira, orçamental e não financeira acerca da prestação de serviços efetuados;
- c) A informação financeira e não financeira prospetiva;
- d) A informação relativa aos fatores mais importantes subjacentes ao desempenho do serviço das entidades públicas no período de relato e os pressupostos que suportam as expectativas sobre as suas atividades futuras, bem como os fatores que as influenciam.

Dando assim cumprimento ao estipulado no SNC-AP elaboraram-se os documentos de Prestação de Contas de 2024 e o Relatório de Gestão de 2024, que são acompanhados pelo *draft* da respetiva certificação legal de contas para conhecimento dos órgãos executivo que passará a definitivo após a sua

aprovação em reunião de câmara e que será remetido à Assembleia Municipal para deliberação e conhecimento nos termos da alínea d), do n.º 2, do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro.

Assim, proponho:

1. A aprovação da Prestação de Contas de 2024, de acordo com a alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
2. A Aprovação do Relatório de Gestão de 2024, de acordo com a alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
3. O envio dos documentos “Prestação de Contas de 2024” e “Relatório de Gestão de 2024” à Assembleia Municipal para deliberação, conforme a alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.»

Submetida à discussão, registou-se a seguinte intervenção:

- Presidente da câmara

Começou por informar que após entrega da Prestação de Contas e não obstante todos os *inputs* terem sido enviados e submetidos com sucesso na aplicação SISAL, após o envio da mesma informação para o Tribunal de Contas, cuja data limite é 30 de abril, verificou-se um erro de validação no *input* “dorec” demonstração de execução orçamental da receita, relacionado com um erro da aplicação Sistema de Normalização Contabilística, vulgarmente designado por SNC, que permitiu que um reembolso já pago pudesse ser anulado. Este erro obrigou a que fosse efetuado um movimento de regularização contabilística no valor de €3.413,74, cujo impactos alteraram a demonstração de execução orçamental da receita, nomeadamente na coluna das liquidações anuladas e na coluna dos reembolsos emitidos, não influenciando em nenhum resultado financeiro.

Seguidamente, referiu que se está perante uma proposta das mais importantes que um executivo pode apresentar no exercício das suas funções. O Relatório de Gestão e Prestação de Contas. Este documento revela, uma vez mais, o compromisso da Câmara Municipal de Alcochete com o rigor e com a transparência da atividade pública e, sobretudo, dos números e ações que a envolvem. Sem descurar a rigidez, previsibilidade e cautela na gestão financeira, foi possível em 2024 continuar-se a preconizar investimento em todo o concelho, reduzindo a carga fiscal sobre as famílias e se prosseguir com o controlo da dívida total da autarquia conferindo efetivamente aquilo que são os limites de endividamento.

No entanto, estamos a vivenciar na esfera política um momento crucial da história, onde os desafios que se enfrenta exigem não apenas e só compromisso, mas também, perspicuidade, ações e iniciativas concretas e objetivas.

O país atravessa uma fase marcada por algumas dificuldades económicas, instabilidade política e, infelizmente, crescente desconfiança da população em relação às instituições. A crise económica marcou a Europa e tem afetado milhões de cidadãos, com o aumento da taxa de desemprego, da taxa de inflação e da precarização das condições de vida. Este cenário, pese embora com alguns balões de oxigénio, não difere substancialmente da realidade portuguesa atual.

O custo de vida tornou-se insustentável para muitas famílias, enquanto setores essenciais como saúde, educação, habitação, coesão económica e segurança sofrem com a falta de investimento e gestão, muitas das vezes, ineficiente. No nosso território, está-se a desenvolver tudo o que é possível de concretizar de modo a investir hoje no capital humano, para recolher esses frutos no futuro, com foco no planeamento, capacitação e antecipação para minimizar a injustiça social. Não é, por isso, de estranhar que o maior peso das Grandes Opções do Plano continue a ser canalizado para as funções sociais do poder local, nomeadamente, para a política de educação e habitação, onde está em

curso um investimento histórico em volume financeiro na requalificação e ampliação dos parques municipais de ambos os domínios, ou sejam, educação e setor social. Reconhecendo que o bem-estar da comunidade depende da igualdade de acesso a serviços essenciais, encara-se igualmente na cultura e no desporto, pilares fundamentais na construção de uma sociedade coesa e saudável, mais do que instrumentos de mera animação territorial. Por isso, com sucesso, ficam todas as infraestruturas desportivas já requalificadas e aquelas cujos procedimentos estão em curso para que, quer o Complexo Desportivo de São Francisco, quer o Complexo Desportivo do Passil, sejam uma realidade que 2025 irá seguramente proporcionar.

Continua-se, sem querer que nenhuma instituição ou associação do concelho se torne dependente da autarquia, a apostar inequivocamente no Movimento Associativo incrementando um forte financiamento ao associativismo e, particularmente, ao associativismo desportivo. Este apoio da autarquia deverá ser interpretado como o seu investimento nesta área, com o incentivo à formação desportiva de jovens, comparticipação de exames médicos, da inscrição na federação, despesas de utilização dos equipamentos e os investimentos em obras de requalificação de infraestruturas, como aliás já aqui teve oportunidade de referir.

No que respeita à política cultural municipal, verificou-se uma aposta no alargamento de públicos, designadamente em áreas artísticas onde o mercado apresenta falhas no acesso, com um serviço educativo polivalente e o subsídio ao preço para garantir a gratuitidade, ou a prática de um preço simbólico, nomeadamente num conjunto alargado de iniciativas. Por isso, é raro o espetáculo que não tenha lotação esgotada, o que leva o executivo a investir por via do quadro comunitário no melhoramento das condições da sala multiusos no Fórum Cultural de Alcochete com uma capacidade para uma centena de pessoas tornando-se uma alternativa, em algumas iniciativas, ao Auditório Maestro António Menino.

A Rede Social, com um conjunto alargado de parceiros, fortalece a capacidade de promover uma sociedade mais justa e solidária, garantindo uma resposta integrada às necessidades da infância, juventude, saúde, deficiência e envelhecimento. Sempre o disse e reitera uma vez mais: Connosco, ninguém fica para trás. E aqui faz uma vénia à equipa multidisciplinar do setor de ação social, que em momentos tão difíceis e peculiares da vida das pessoas, conseguem com muito empenho e esforço mudar vidas, criar laços, no fundo repor a dignidade que qualquer ser humano merece.

A sustentabilidade do futuro coletivo depende da capacidade da comunidade adaptar-se de forma rápida e competente aos desafios da economia digital e energética, sendo para isso decisivo continuar a apostar na inovação e no conhecimento para a criação de valor acrescentado. O contributo do executivo para a criação desse ambiente propício para negócios inovadores e sustentáveis passa naturalmente pela Incubadora de Negócios, a Alcochete *Up*. Um projeto singular de grande relevância e que cresce todos os dias, desafiando os empreendedores a serem ousados, criativos e a não deixarem de sonhar com os seus projetos e ideias.

Está também em curso, o Plano de Ação para os Resíduos e a Estratégia para a Biodiversidade, que norteiam a intervenção do município nos domínios da valorização dos recursos naturais e dos resíduos enquanto recurso.

Em síntese, o Relatório de Atividades da Câmara Municipal de Alcochete reflete o compromisso de sustentabilidade e responsabilidade para as gerações futuras por via de uma sociedade mais cosmopolita, próspera, justa, habitável e resiliente.

O futuro é desafiante, exige do executivo rigor, transparência e, sobretudo, muito empenho e dedicação à causa pública.

Todas estas movimentações referidas e tantas outras que 2024 contemplou tiveram um impacto extraordinário nas revisões de preços das múltiplas

empreitadas que estavam em curso, desafiando todo e qualquer orçamento em vigor, assim como na aquisição de bens e serviços e ainda o embate estrondoso que afetou e continua a afetar especialmente o mercado imobiliário. Mais à frente ter-se-á a oportunidade de verificar o quão tóxico foram estas agitações e o seu efeito prático no Resultado Líquido atingido. Ainda assim, o executivo continua o seu caminho, contra todos estes ventos e marés. Apostando igualmente na Estratégia Local de Habitação, que por via do Programa 1º. Direito permite a construção de Habitação Social, duplicando praticamente o Parque Habitacional existente do ponto de vista Social.

No entanto, outra coisa é Habitação a Rendas Acessíveis, cujo primado visa a construção de habitação e o aproveitamento das condições urbanísticas em loteamentos para fomentar habitação que permita de alguma forma à população residente ter alternativas de fixação da nossa comunidade. No parque do Valbom, já se iniciou esse objetivo com o desenvolvimento do projeto.

Lembrou que o concelho protagonizou nos 8 últimos anos uma trajetória de consolidação financeira, de execução de novos e múltiplos investimentos, de equilíbrio orçamental e de uma adequada conformação com novas missões que o futuro reserva e que merecem ser relevados neste documento que ora apresentamos. Veja-se, por exemplo, a publicação da 20.^a edição do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses apresentada em novembro último e referente a 2023, que apresenta o Município de Alcochete em 30.º lugar, entre 308 municípios, com maior independência financeira (receitas próprias/receitas totais).

Se se considerar documentos previsionais e o orçamento desenhado e aprovado no final do ano, todos podem concluir que de facto e, perante todos estes condicionalismos, que o executivo fez um esforço exponencial para uma vez mais, reduzir a carga fiscal sobre as famílias e empresas do concelho. Reduziu os impostos locais, como a Derrama, o IMI para 0,34%, que traduz uma quebra de 2,7% da taxa líquida do respetivo imposto face ao período

homólogo, e convém sublinhar que nesta trajetória assumida por este executivo se está a devolver às famílias mais de um milhão e meio de euros de IMI face à taxa que existia em 2017. Entretanto, também se aplicou majorações e naturalmente minorações a quem acompanha ou não o Município na Regeneração Urbana, conferiu reduções em sede de IMI em função do número de filhos, reduziu o montante global de dívida e voltou a preconizar a descida da participação dos cidadãos no IRS, devolvendo aos sujeitos passivos deste imposto, 1% da receita que se iria obter. Está-se a falar de mais de meio milhão de euros que também foram devolvidos às famílias. No fundo está-se a desonerar Famílias e Empresas de valores acrescidos, que se reconhece poder cumprir uma função mais útil e eficaz se for gerido e investido pelos próprios.

Alcochete não está isolado no mundo, está perante um tempo de mudança de paradigmas, onde cada vez mais se coloca em causa a idoneidade e a seriedade dos políticos e muitas das vezes, confessa que acha que a democracia chega a tremer. E isto devia-nos preocupar a todos sem exceção. Este é um tempo que condiciona e muito à reflexão sobre qual o papel do ser humano no mundo.

As dúvidas são muitas e seguramente tardam em se dissipar, e por isso se desenvolveu um esforço acrescido que incide, sobretudo, no planeamento estratégico que será materializado na revisão do Plano Diretor Municipal de Alcochete que caminha a passos largos para que o mesmo possa ser partilhado, discutido e alterado de acordo com os condicionalismos inerentes ao desempenho das funções.

No âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) Português, sendo este um verdadeiro sopro no coração, confessa que lhe tem provocado algumas arritmias, sobretudo pela rigidez do plano e pela não prorrogação dos prazos que afeta maioritariamente todo e qualquer município. Trata-se de um programa de natureza nacional, possui um período de execução até 2026, o que o preocupa, até porque entende ser este um prazo muito reduzido, e que

visa, no essencial, implementar um conjunto de reformas e investimentos destinados a repor o crescimento económico sustentado, assim como a implementação da Estratégia Local de Habitação, entre outras iniciativas e ações que marcam em definitivo a agenda do executivo para a próxima década. Esta gestão prudente e rigorosa que o executivo implementou na administração do PRR, possibilitou e continuará, naturalmente, a possibilitar a viabilidade dos novos desafios e os apoios extraordinários à comunidade sem descurar os investimentos assumidos que incondicionalmente avocam uma vital importância na vida das populações.

Assim, enquanto acreditar que transporta consigo os sonhos da sua população, continuará a pugnar para que a sua terra continue a ser merecedora da sua dedicação, do empenho e esforço da equipa que o acompanha para poderem concretizar todas as ambições que têm.

O concelho de Alcochete possui uma identidade plural e única, que exige de todos e, em particular, do seu executivo uma atenção e um desempenho permanentes perante todas as situações do quotidiano. A estratégia de desenvolvimento é necessariamente focalizada para a duradoura construção de um concelho centrado, fundamentalmente, nas pessoas. A população é a razão da existência do atual executivo. Esta é a essência do trabalho que todos os dias desenvolvem nos mais diversos sectores da atividade pública. Pois, querem que Alcochete continue a ser uma referência no distrito e, sobretudo, na Área Metropolitana de Lisboa, sem que para isso perca a sua história.

Com o profissionalismo e a abnegação dos trabalhadores da autarquia, Alcochete continua a ser um referencial na área da coesão e inclusão social e, simultaneamente, um concelho preparado para ganhar os desafios da competitividade, da inovação e da modernidade, no quadro de um desenvolvimento sustentável, sendo que este não deixou de ser o enquadramento genérico de toda a ação municipal desenvolvida em 2024, apesar de todas as adversidades e contrariedades a que se foi sujeitos e que teve oportunidade publicamente de esclarecer e explicar.

Nesta perspetiva, a execução das Grandes Opções do Plano e o Orçamento aprovados para 2024 materializaram a estratégia assente na prossecução do propósito de correção sustentada de desequilíbrios sócio-económicos e urbanísticos, salvaguardando e contribuindo para a diversificação da economia local e a “saúde” financeira do Município, requisitos necessários e fundamentais para um crescimento económico com raízes, fomentando o bem-estar e promovendo a aplicação das políticas necessárias ao cumprimento escrupuloso do compromisso eleitoral para os próximos anos. Por tudo o que teve oportunidade de partilhar, salientou que o executivo está empenhado e determinado em construir todos os dias um futuro auspicioso para todos, valorizando o passado, mas construindo pontes para um amanhã que se pretende que seja mais saudável, mais sustentável, mais amigo do ambiente. Desta forma se valoriza os recursos endógenos e a autenticidade local, pretendendo que todas as ações promovam um sector produtivo diversificado, inovador, gerador de emprego qualificado e promotor de uma sociedade mais justa, mais equitativa.

Foi, é e continua a ser o farol que guia o atual executivo no desempenho destas tão nobres e gratificantes funções de serviço público. Fazem o que é possível, se perguntarem se existe muito para fazer, responderá que sim, existe, mas o executivo não vira a cara às adversidades e segue o caminho com ética, conscientes que todos os dias dão o melhor em prol da população. Esta é a nossa missão. E não acaba aqui. Querem continuar a aumentar exponencialmente o investimento, a reduzir de forma significativa a dívida e a baixar drasticamente a carga fiscal sobre os munícipes.

Por isso diz, que da análise e apreciação a tão fundamentais documentos, a primeira grande conclusão que se retira é que a execução do Orçamento, não obstante todas as dificuldades sentidas e que seguramente vão pairar nos próximos tempos, demonstra que, uma vez mais, os documentos previsionais foram elaborados com rigor e exatidão.

Posto isto, nada melhor que analisar os números e detalhar alguns dados deveras essenciais para os resultados entretanto alcançados, informando que:

No fecho do ano de 2024 o valor total da Dívida era de €5.956.241,00, sublinhando que desse valor €2.300.000,00 é o valor da dívida à Simarsul, num conjunto de processos que se encontram em contencioso. Registou-se um decréscimo de 8,13% do valor total da dívida face ao período homólogo.

Quanto ao Resultado Líquido, informou que o ano de 2024 terminou com um resultado líquido negativo de €839.495,01, lembrando que o ano de 2023 foi fechado com um resultado líquido negativo de €3.719.624,06. Não obstante o resultado líquido negativo, por força naturalmente das circunstâncias do mercado económico, quer interno quer externo, mormente a contribuição negativa que a inflação e a guerra da Ucrânia proporcionaram, se consegue ainda assim a conjugação entre o investimento quer das pessoas, quer no território - e a saúde financeira da autarquia são, na sua opinião, um eixo estruturante da gestão. Não tem absolutamente nenhuma dúvida que este equilíbrio conquistado apresenta-se fiel às Contas Certas que hoje expõe.

No que diz respeito ao Saldo de Gerência, comunicou que o ano de 2024 acabou com um valor de €2.980.710,03, tendo -se registado um decréscimo de 43,43% face ao ano de 2023, facto que assenta, sobretudo, na diminuição da Receita e no aumento da Despesa.

Relativamente à execução orçamental na perspetiva dos graus de execução, ou seja, em função do que estava previsto e o que na realidade se recebeu e se pagou, informou que do ponto de vista da Receita, o ano de 2024 encerrou com um grau de execução de 80,72%, o que corresponde em termos de variação absoluta a €24.970.967,37, onde acresce o Saldo de Gerência referente ao ano de 2023 de €3.991.889,00, integrado no Orçamento de 2024 e que acaba por resultar num valor de €28.962.856,37.

Em relação à Despesa, o grau de execução cifrou-se, do ponto vista percentual, em 76,5% e em termos de variação absoluta no montante de €27.258.998,15.

No que concerne às Grandes Opções do Plano, normalmente designado por GOP's, onde está patente toda a despesa de capital e uma parte da despesa corrente que se identifica como despesa mais relevante, comunicou que o grau de execução, do ponto de vista percentual, encontra-se nos 57,85%, que em termos de variação absoluta corresponde a €8.842.314,33.

No Plano Plurianual de Investimentos (PPI), onde se inclui os grandes investimentos, as grandes obras, transmitiu que que o ano de 2024 fechou com um grau de execução de 36,18%, que corresponde a €3.122.321,89.

Dos investimentos efetuados em 2024 enumerou os grandes investimentos e valores associados:

- Construção de Imóveis de Habitação Social, investidos €775.319,95;
- Requalificação da rua do Aceiro, investidos de €659.131,39;
- Licenciamento de Software, investimento que ascende a €150.000,00;
- Renovação da Rede de Condutas de Adoção e Distribuição Local a partir do Reservatório do Batel, investidos mais de €1.300.000,00, mas que no ano de 2024 se gastou €220.303,44 na empreitada;
- Requalificação do Polidesportivo do Passil, investimento que ascende a €190.000,00;
- Repavimentação e execução de estradas e arruamentos, investidos mais de €130.000,00;
- Aquisição de equipamentos básicos para a DOME (Divisão de Obras Manutenção de Equipamentos), no valor de €103.849,54;
- Aquisição de Cartografia Digitalizada do concelho, investimento que ascendeu a mais de €70.000,00;
- Entre outros...

Respeitante às Atividades Mais Relevantes (AMR's), afirmou que estas incluem as despesas de capital, nomeadamente, as amortizações de empréstimos e outras despesas correntes com relevo acentuado, como as despesas inerentes à Amarsul, Simarsul, iluminação pública; entre outros. O ano de 2024 foi encerrado com um Grau de Execução de 85,95%, que corresponde a um investimento de €5.719.992,44.

Quanto ao limite de Endividamento, lembrou que a dívida total no ano de 2017 representava 55,89% da média da receita corrente, sendo que no encerramento do ano de 2024 corresponde a 17,21%, significando que se na presente data se liquidasse a dívida total sobraria em média cerca de 83% da receita corrente. No final do ano de 2023 a margem de endividamento era superior a €10.000.000,00 e no encerramento das contas ora analisadas, esse valor cifra-se em €5.724.672,00, existindo um decréscimo praticamente de 50%, sendo que esse decréscimo se deve ao facto da Lei do Orçamento do Estado de 2023 ter aumentado para o dobro a margem de endividamento dos municípios, o que já não acontece atualmente.

Em relação ao IMI já falou sobre a importância que este imposto tem, sendo que ninguém tem dúvida que o IMI que hoje é pago é substancialmente muito mais reduzido relativamente ao ano de 2017.

No que respeita à Derrama do ano de 2024, vigorou uma Derrama reduzida de 0,5% para as empresas cujo volume de negócio fosse inferior a €150.000,00, sendo que a Derrama Geral ficou em 1,5%.

Ao nível da participação dos impostos do Estado, em 2024 dos 5% auferidos, são devolvidos às famílias 1% da receita.

Quanto ao Imposto Único de Circulação, informou que em 2024 este imposto resultou numa receita de €613.295,1, um imposto que tem vindo desde o ano de 2018 em ascensão, de uma forma muito paulatina, mas em crescente.

Relativamente ao Imposto Municipal de Transação (IMT), deu nota que o ano de 2024 fechou com uma receita de €5.524.849, 30, receita que não era expetável que atingisse este valor, valor praticamente atingido no final do ano, proveniente de um processo de contencioso de alguém com a autoridade tributária e que resultou num encaixe financeiro na casa dos €3.000.000,00, portanto, se não fosse esta questão o município só arrecadava de receita de IMT €2.500.000,00. É um imposto de grande flutuação, existindo anos em que se arrecada €4.000.000,00 e logo imediatamente a seguir apenas se auferem €2.400.000,00, no outro €3.000.000,00 e depois €5.000.000,00, a seguir €7.000.000,00 e depois €3.000.000,00, portanto um imposto com grande flutuação.

Entende que toda a fundamentação aqui expressa, reúne ao seu redor, os princípios e valores democráticos que o executivo sempre defendeu desde o primeiro dia que tomou posse. E na hora, no momento de prestar contas, não há efetivamente outra conclusão a retirar: baixou-se significativamente a carga fiscal sobre os munícipes, controlou-se a dívida da autarquia, aumentando a sua capacidade de endividamento e ampliou exponencialmente o investimento. Assim, o futuro apresenta-se auspicioso, desafiante, e que requer estabilidade política e económica para desenvolvimento daquilo que ainda não houve oportunidade de concretizar.

O Plano Estratégico do Arco Ribeirinho Sul, o Novo Aeroporto de Lisboa, a Estratégia Local de Habitação, o Plano de Recuperação e Resiliência Português, o Plano de Integração das Comunidades Desfavorecidas, todo o Quadro Comunitário, nomeadamente o 20/30, o Plano de Pormenor do Canto do Pinheiro, o Plano de Pormenor da Coutadinha, entre outros, serão verdadeiras âncoras que impele o executivo a continuar a investir nas pessoas, aumentando a qualidade de vida para todos, respeitando a integridade contabilística das contas públicas que se apresentam consolidadas e fundamentalmente sustentáveis.

Por fim, mas não menos importante, dado que é da mais elementar justiça, deixou uma palavra de reconhecimento e gratidão profunda a todos os trabalhadores do município com quem o executivo tem partilhado este caminho de serviço público. Como sempre afirmou, a autarquia será sempre o rosto dos seus trabalhadores.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria com 15 votos a favor do PS, 8 abstenções (5 da CDU, 2 do CDS-PP e 1 do PSD) e 1 voto contra do Chega.

PONTO 4 - 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA, AO ORÇAMENTO DA DESPESA E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI E AMR'S) DE 2025

Proposta aprovada por maioria, com 5 votos a favor do PS e 1 abstenção da CDU, na reunião da Câmara Municipal de 02/04/2025:

- «1. A segunda revisão ao Orçamento da Receita criou rubricas no montante de €38.879,00 apresentando um saldo positivo no mesmo valor;
2. A segunda revisão ao Orçamento da Despesa reforçou rubricas no montante de €38.879,00, registando um saldo positivo no mesmo valor;
3. A segunda revisão às Grandes Opções do Plano, apresenta uma modificação com o saldo de €38.879,00 que se reflete no Plano Plurianual de Investimentos e nas Atividades Mais Relevantes;
4. O Plano Plurianual de Investimentos procedeu à criação de rubrica perfazendo um saldo de €7.974,00;
5. As Atividades Mais Relevantes procederam a reforços perfazendo um saldo de €30.905,00.

Assim proponho:

1. A aprovação à segunda revisão ao Orçamento da Receita, ao Orçamento da Despesa e às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR's) de 2024, nos termos do artigo 145.º da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro:
 - a) A segunda revisão ao Orçamento da Receita criou rubricas no montante de €38.879,00 apresentando um saldo positivo no mesmo valor;
 - b) A segunda revisão ao Orçamento da Despesa reforçou rubricas no montante de €38.879,00, registando um saldo positivo no mesmo valor;
 - c) A segunda revisão às Grandes Opções do Plano, apresenta uma modificação com o saldo de €38.879,00 que se reflete no Plano Plurianual de Investimentos e nas Atividades Mais Relevantes.
2. Que a presente proposta seja remetida à Assembleia Municipal para aprovação.»

Submetida à discussão, registou-se a seguinte intervenção:

– Presidente da câmara

Informou que a proposta resulta fundamentalmente da introdução da receita consignada e no âmbito da despesa a criação de rubricas que se destinam à aquisição de um autocarro elétrico na sequência da candidatura ao Fundo Ambiental, autocarro que se destina apenas e só ao transporte escolar, bem como a alteração necessária para a compra do sistema de águas-quentes para implementação no Pavilhão Municipal do Samouco. Grosso modo são apenas estas duas alterações que resultam daquilo que é o fundamental da proposta.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria com 15 votos a favor do PS, 8 abstenções (5 da CDU, 2 do CDS-PP e 1 do PSD) e 1 voto contra do Chega.

PONTO 5 - 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2025

Proposta aprovada por maioria, com 5 votos a favor do PS e 1 abstenção da CDU, na reunião da Câmara Municipal de 02/04/2025:

«A presente proposta de alteração ao Mapa de Pessoal para 2025 define o número e o perfil dos recursos humanos necessários para garantir a missão e as atividades do Município de Alcochete neste ciclo de gestão. Esta definição tem em consideração as responsabilidades inerentes ao dimensionamento dos serviços e os desafios emergentes do contexto autárquico.

A estratégia de recursos humanos delineada pelo Município de Alcochete assenta numa gestão previsional dos postos de trabalho e das competências essenciais, assegurando uma ação autárquica eficiente e eficaz, ao mesmo tempo que valoriza as pessoas que nela trabalham, ao promover as possíveis oportunidades de motivação e desenvolvimento individual.

Assim, a presente proposta de alteração ao Mapa de Pessoal — considerando a última versão aprovada em reunião de Câmara Municipal a 20/11/2024 e em sessão da Assembleia Municipal a 20/12/2024 — reflete não apenas o impacto das saídas ocorridas, mas também as necessidades identificadas pelos serviços em áreas deficitárias.

Desde a aprovação dessa última versão do Mapa de Pessoal, registou-se um aumento global de nove lugares, passando de 669 para 678. No entanto, verificou-se uma redução do número de lugares ocupados, de 585 para 579,

resultando num aumento dos lugares vagos, que passaram de 84 para 99. Esta evolução evidencia a necessidade de reforço de recursos humanos para assegurar o adequado funcionamento dos serviços municipais.

Assim, considerando as movimentações registadas nos últimos meses e as necessidades identificadas, torna-se necessário refletir as seguintes alterações:

VACATURAS DE POSTOS DE TRABALHO: 19 DEFINITIVAS E 4 PROVISÓRIAS

- 1) Vacatura definitiva de um posto de trabalho no Gabinete de Autoridade Sanitária e Saúde Pública (GASSP) com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de técnico superior na área de medicina veterinária, por denúncia de contrato durante o período experimental;
- 2) Vacatura provisória de um posto de trabalho no GASSP com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de assistente operacional na área de canil, devido à mobilidade na categoria do trabalhador para outro organismo;
- 3) Vacatura provisória de um posto de trabalho na Divisão de Administração e Gestão de Recursos de um assistente técnico na área administrativa de contabilidade;
- 4) Vacatura definitiva de um posto de trabalho na Divisão de Educação e Intervenção social (DEIS) com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de assistente técnico na área de administrativa - educação, por denúncia de contrato;
- 5) Vacatura definitiva de um posto de trabalho na DEIS com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de assistente operacional na área de educação, por falecimento do trabalhador;
- 6) Vacatura definitiva de um posto de trabalho na DEIS com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de assistente operacional na área de educação, por reforma da trabalhadora;
- 7) Vacatura definitiva de um posto de trabalho na DEIS com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de assistente

- operacional decorrente da transferência de competências, na área da saúde, por aposentação da trabalhadora;
- 8) Vacatura definitiva de três postos de trabalho na DEIS, com vínculo de emprego público por tempo determinado, por denúncia de contrato de trabalho a termo certo, na carreira de assistente operacional, área de educação;
 - 9) Vacatura definitiva de um posto de trabalho na DEIS, com vínculo de emprego público por tempo determinado, por denúncia de contrato de trabalho a termo incerto, na carreira de assistente operacional, área de educação;
 - 10) Vacatura definitiva de cinco postos de trabalho na DEIS, com vínculo de emprego público por tempo determinado, por caducidade de contrato de trabalho a termo incerto, na carreira de assistente operacional, área de educação;
 - 11) Vacatura definitiva de um posto de trabalho na Divisão de Administração do Território (DAT) com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de assistente técnico –área de desenho, por aposentação do trabalhador;
 - 12) Vacatura definitiva de um posto de trabalho na Divisão de Cultura, Desporto e Juventude (DCDJ) com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de assistente técnico na área de cultura (Biblioteca), por consolidação da mobilidade noutro organismo;
 - 13) Vacatura definitiva de um posto de trabalho na DCDJ com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de assistente técnico na área de cultura (Fórum Cultural), por consolidação da mobilidade noutro organismo;
 - 14) Vacatura provisória de um posto de trabalho na DCDJ com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de assistente operacional na área de desporto, por trabalhador ter entrado no regime de mobilidade na categoria para outro organismo;
 - 15) Vacatura definitiva de um posto de trabalho na Divisão de Infraestruturas, Logística e Transportes (DILT) com vínculo de emprego

- público por tempo indeterminado, da carreira de assistente operacional na área de apoio de eventos, por denúncia de contrato do trabalhador;
- 16) Vacatura provisória de um posto de trabalho na Divisão de Ambiente, Higiene Urbana e Espaços Verdes, (DAHUEV) com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de assistente operacional na área de Higiene Urbana/Varredura, por trabalhador ter entrado no regime de mobilidade intercategorias;
- 17) Vacatura definitiva de um posto de trabalho na DAHUEV com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de assistente operacional na área de limpeza de edifícios, por reforma da trabalhadora;

OCUPAÇÃO DE 12 POSTOS DE TRABALHO, (por tempo indeterminado)

- 18) Ocupação de um posto de trabalho da carreira de técnico superior na DAGR, em resultado de uma mobilidade intercarreiras, para a área económico/financeira;
- 19) Ocupação de sete postos de trabalho na DEIS, da carreira de assistente operacional, área de educação, decorrente de procedimento concursal;
- 20) Ocupação de um posto de trabalho na DEIS, da carreira de assistente operacional, área de educação, por regresso da trabalhadora que se encontrava em licença sem remuneração;
- 21) Ocupação de um posto de trabalho na DAHUEV com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de assistente operacional, categoria de Encarregado Operacional na área de Higiene Urbana, por trabalhador ter entrado no regime de mobilidade intercategorias;
- 22) Ocupação de um posto de trabalho na DAHUEV com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de assistente operacional, na área de Higiene Urbana/Condução de viaturas de recolha de resíduos e varredora mecânica;
- 23) Ocupação de um posto de trabalho na DAHUEV com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de assistente operacional na área de limpeza de edifícios;

CRIAÇÃO DE 5 POSTOS DE TRABALHO (por tempo indeterminado)

- 24) Criação de dois postos de trabalho da carreira de assistente operacional, área de educação, para a DEIS;
- 25) Criação de um posto de trabalho da carreira de assistente técnico, área de contabilidade, para a DAGR;
- 26) Criação de um posto de trabalho da carreira de assistente técnico, área de recursos humanos, para a DAGR;
- 27) Criação de um posto de trabalho da carreira de assistente técnico, área de desenho, para a DAT;

CONSOLIDAÇÃO DE 2 MOBILIDADES

- 28) Ocupação definitiva de um posto de trabalho da carreira de técnico superior, área de Educação, na DEIS, por consolidação da mobilidade intercarreiras;
- 29) Ocupação definitiva de um posto de trabalho da carreira de técnico superior, área de ação social, na DEIS, por consolidação da mobilidade na categoria no nosso organismo.

ANULAÇÃO DE 1 POSTO DE TRABALHO VAGO (Tempo indeterminado):

- 30) Um assistente operacional, área administrativa da educação na DEIS, que por determinação da Lei de Execução Orçamental, impede o provimento de postos de trabalho vagos, decorrentes da consolidação de mobilidades intercarreiras, nomeadamente de um técnico superior, área de Educação afeta à DEIS;

REAFETAÇÃO DE 2 POSTOS DE TRABALHO (tempo indeterminado):

- 31) Um assistente operacional, da DEIS, que transita da área de educação para a área administrativa da educação;
- 32) Um assistente operacional, da DAHUEV, que transita da área de Higiene Urbana/Condução de viaturas de recolha de resíduos e varredora mecânica para a área de Higiene Urbana/Varredura;

Assim, propõe-se ao Executivo Municipal deliberar no sentido de:

- a) Aprovar a primeira alteração ao Mapa de Pessoal para 2025, conforme documentos anexos, nos termos e para efeitos do n.º 2, do artigo 6.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro e do n.º 5, do artigo 29.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o n.º 2 do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro;
- b) Submeter a presente proposta à Assembleia Municipal para aprovação.»

Submetida à discussão, registou-se a seguinte intervenção:

– Presidente da câmara

Comunicou que a proposta reflete o aumento de 9 lugares e, não obstante o aumento dos lugares vagos, o número de lugares ocupados diminuiu. Recordou que no momento o Mapa de Pessoal apresenta 579 lugares ocupados e no início do ano eram 585. Em relação aos lugares vagos, com esta alteração, regista-se 99 lugares, sendo que no início do ano eram 84. No fundo, a proposta reflete as movimentações que ocorreram no primeiro trimestre do presente ano com mobilidades a serem consolidadas, com aposentações e, infelizmente, devido a morte.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria com 15 votos a favor do PS, 9 abstenções (5 da CDU, 2 do CDS-PP, 1 do PSD e 1 do Chega).

Ana Brandão, em nome da CDU, apresentou a seguinte declaração de voto relativamente aos pontos 3, 4 e 5 da Ordem do Dia:

«A bancada da Coligação Democrática Unitária da Assembleia Municipal de Alcochete absteve-se na votação dos pontos 3, 4 e 5 da Ordem do Dia, por

considerarem que as decisões derivam de uma gestão e de uma visão própria de quem atualmente gere os destinos da autarquia.

Se fosse a CDU a ter essa gestão e essa visão, muito provavelmente, as opções seriam outras, daí o nosso sentido de voto.»

PONTO 6 - CONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DE UMA PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL

Proposta aprovada por unanimidade na reunião da Câmara Municipal de 02/04/2025:

«Considerando que:

1. O requerente, Nuno Miguel Santos Silva, através do Requerimento n.º AU/2023/2 do processo n.º AU/2023/1, solicita a alteração de utilização de um moinho sito na Praia dos Moinhos destinado a habitação, para comércio e serviços – bar de praia com a instalação de uma área de esplanada;
2. O espaço que o requerente pretende utilizar é de domínio público municipal, pelo que solicita a atribuição do uso privativo da parcela em causa:
 - a) Conforme dispõem os artigos 18.º a 20.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, os bens do domínio público caracterizam-se por estarem fora do comércio jurídico privado (sendo, por isso, insuscetíveis de redução a propriedade particular, inaliáveis, imprescritíveis, impenhoráveis e não oneráveis pelos modos do Direito Privado, enquanto coisas públicas) mas podem ser objeto de usos privados com base num título jurídico individual;

- b) A gestão dos bens imóveis está subordinada a um regime de concorrência efetiva entre os eventuais interessados em contratar ou em utilizar (artigo 7.º do RJPIP), sendo o CCP aplicável, genericamente, à formação de contratos celebrados pelas entidades adjudicantes, ou à prática de atos administrativos, como os de licenciamento, substitutivos de contratos (artigo 1.º/3);
- c) O artigo 5.º/1 do CCP retira do âmbito da incidência do CCP os contratos que, embora tenham interesse concorrencial em abstrato (na medida em que proporcionam um determinado benefício económico), todavia, não possam ser submetidos à concorrência de mercado em razão da sua natureza, das suas características, da posição relativa das partes ou do contexto da sua formação.

Propõe-se que:

Nos termos e para efeitos do disposto na alínea qq), do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I, do Regime Jurídico das Autarquias Locais - Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que, a Câmara Municipal delibere aprovar a celebração de contrato de concessão do uso privativo do domínio Público Municipal, nos termos da minuta anexa.

Mais se propõe que:

Seja submetida à Assembleia Municipal para autorizar a Câmara Municipal a celebrar o contrato de concessão do uso privativo do domínio Público Municipal.»

Submetida à discussão, registou-se a seguinte intervenção:

- Presidente da câmara

Informou que se está a falar de um espaço contíguo ao moinho que existe na Praia dos Moinhos que é um edificado privado, não obstante o espaço ser do domínio público, estando-se a falar de parcela bastante diminuta com 89,44m² que é colada ao espaço privado que é precisamente o moinho. A proposta reflete um conjunto de pressupostos que têm de ser cumpridos ao longo da concessão, dos 10 anos, sob pena do não cumprimento desses pressupostos se poder, do ponto de vista jurídico, cancelar a respetiva operação, quer no que diz respeito à usurpação de espaço a mais para além do contemplado, quer ao nível do ruído, quer ao nível do horário de funcionamento, que será das 08h00 às 22h00. Qualquer incumprimento leva à rejeição desta respetiva concessão de uso privativo de uma parcela de terreno do domínio público municipal.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria com 21 votos a favor (15 do PS, 5 da CDU e 1 do CDS-PP) e 3 abstenções (1 do CDS-PP, 1 do PSD e 1 do Chega).

PERÍODO DE ANTES DE ENCERRAR A SESSÃO

Registaram-se as seguintes intervenções:

- Ana Brandão, bancada da CDU

Apresentou a seguinte Declaração:

«O concelho de Alcochete é de entre os concelhos que compõem a Área Metropolitana de Lisboa o que melhores condições ambientais tem para todos aqueles que o escolham para viver, tem infraestruturas básicas e outras, fundamentais para uma boa qualidade de vida dos seus munícipes. A CDU sente orgulho no concelho que somos e repudia quem tenta esconder e alterar toda a evolução histórica e de progresso do nosso concelho, desde as

primeiras eleições para o Poder Local Democrático. O nosso orgulho assenta fundamentalmente no trabalho desenvolvido pelas autarquias dirigidas pelo PCP/CDU ao longo de 34 anos, dos 49 anos do Poder Local Democrático, são factos indesmentíveis as obras realizadas que confirmam o nosso orgulho.

O que é descrito a seguir, e que não contempla tudo no que diz respeito a aquisição de máquinas e outros equipamentos, sirva para memória futura e que sirva de informação para aqueles que deturpam, escondem e mentem sobre o progresso e desenvolvimento do nosso concelho com o Poder Local Democrático.

Na freguesia de Alcochete

Remodelou e aumentou o edifício dos Paços do Concelho; Construiu a sede da junta de freguesia; Remodelou o Mercado Municipal; Construiu os Estaleiros Municipais; Construiu os depósitos de água no Batel; Construiu a ETAR; Remodelou a rede de águas e esgotos; Construiu a Escola da Restauração e o Pavilhão Desportivo; Reivindicou e acompanhou a processo e construção da Escola Secundária; Construiu o Ringue Desportivo, junto ao Pavilhão Municipal; Construiu a Piscina Municipal; Construiu o Parque do Valbom com pista de atletismo e Campo de Ténis; Criou o Albergue da Juventude; Participou na construção do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Alcochete; Ofereceu a sede social ao Vulcanense Futebol Clube; Apoiou a construção da sede social da Associação Caçadores; Construiu o Estádio de Futebol e este foi doado ao Grupo Desportivo de Alcochete, prescindindo também do campo velho; Construiu o campo de futebol do Passil; Construiu o ringue desportivo do Passil; Construiu o Centro Social do Passil; Construiu o palco do Passil; Criou o loteamento industrial do Passil; Remodelou todas as ruas do Passil; Remodelou todas as ruas da Fonte da Senhora; Construiu o parque infantil do Passil e da Fonte da Senhora; Dignificou a fonte na Fonte da Senhora; Fez um furo para abastecimento de água à Fonte da Senhora; Ajudou a levar a água às habitações do Monte Laranjo; Criou o loteamento industrial do Batel; Ofereceu terreno para a construção do Bairro da Cooperativa; Construiu habitação social, nomeadamente o edifício (Pantera Cor de Rosa) e quatro blocos de habitação

junto ao Centro de Saúde; Criou o loteamento conhecido pelas Capelinhas, vendendo lotes com projetos aprovados com oferta de máquina para a abertura das fundações; Erradicou no concelho a habitação em barracas; Recuperou a Igreja da Misericórdia e criou o Museu de Arte Sacra; Criou o Posto de Turismo; Remodelou o Jardim do Rossio; Construiu o avanço e requalificação da muralha; Recuperou a ponte cais; Comprou o “Bote Leão”; Construiu o Museu Municipal; Aprovou os loteamentos habitacionais mais importantes da vila de Alcochete; Aprovou o projeto da *Freeport*; Elaborou o PDM do concelho; Planificou e remodelou a zona ribeirinha entre a Igreja da Misericórdia e o Miradouro; Construiu a primeira fase da variante de Alcochete até ao Intermarché; Remodelou e alargou a estrada que liga Alcochete à Atalaia; Remodelou e alargou a estrada que liga o Samouco a Alcochete; Construiu a rua Carlos Manuel Rodrigues Francisco que não existia; Acompanhou a AUGI do Terroal/Maças, entre a Fonte da Senhora e o Passil, falando com os proprietários desta zona; Apoiou a construção dos três Ranchos Folclóricos do concelho; Apoiou financeiramente todas as coletividades da freguesia de Alcochete; Elaborou protocolos de descentralização de competências com as três freguesias do concelho, acompanhados de meios financeiros para a execução dos serviços descentralizados; Elaborou um Plano Estratégico para o concelho até 2030 (elaborado pelo Dr. Augusto Mateus); Construiu as instalações da Delegação da Junta de Freguesia de Alcochete na Fonte da Senhora e defendeu desde sempre a construção do novo aeroporto no Campo de Tiro de Alcochete.

Na freguesia do Samouco

Acabou com as ruas de terra batida; Remodelou todos os largos e praças; Construiu o Mercado; Construiu o coreto; Construiu o chafariz da roda; Colocou a estátua de homenagem ao cavador; Construiu um monumento evocando a atividade musical da Sociedade Filarmónica e Labor Samouquense; Apoiou a construção da nova sede da Sociedade Filarmónica e Labor Samouquense com a cedência de parte do terreno para a sua implantação; Remodelou todo o edifício da junta de freguesia; Construiu a variante em direção à Base Aérea;

Fez a avenida da praia com passeios pedonais e aparelhos para a prática de manutenção física; Construiu três parques infantis, sendo um na praia; Construiu o campo de futebol; Construiu o Pavilhão Desportivo; Construiu os balneários na praia e colocou bebedouro e chuveiros junto à praia; Recuperou o cais do Samouco; Criou um espaço com aparelhos de manutenção junto aos balneários da praia; Construiu a Delegação do Centro de Saúde no Samouco; Construiu o Jardim Infantil do Samouco; Construiu casas de banho subterrâneas, com duche, para homens e mulheres; Remodelou nas redes de águas e esgotos; Apoiou a construção da nova sede da Sociedade Filarmónica e Labor Samouquense com a cedência de parte do terreno para a sua implementação; Construiu a sede da Organização de Reformados, Pensionistas e Idosos, num espaço em ruínas; Urbanizou o loteamento que fica de frente ao mercado e permitiu que a Associação Desportiva Samouquense vendesse 7 lotes para a construção da sua sede; Fez um novo furo de água; Acrescentou o Cemitério; Aprovou os grandes loteamentos urbanos da freguesia; Construiu o ringue desportivo da Escola Primária; Construiu todas as rotundas; Elaborou e aprovou o processo, aprovado pela Assembleia da República para a passagem do Samouco à categoria de Vila; Apoiou financeiramente todas as coletividades da freguesia e criou a Biblioteca da freguesia.

Na freguesia de São Francisco

Criou a freguesia de São Francisco; Construiu a sede da Junta de Freguesia; Remodelou as redes de águas e esgotos; Construiu a rede de esgotos da rua da Pacheca; Recuperou os Arcos do Convento de São Francisco; Doou terreno para a construção da Capela; Doou terreno à Santa Casa da Misericórdia de Alcochete para construção de um equipamento para idosos; Construiu o moderno Centro Escolar de São Francisco; Aprovou todas as urbanizações que circundam a parte antiga de São Francisco, tornando São Francisco num local de progresso e bem estar para todos os seus habitantes; Apoiou financeiramente as coletividades da freguesia; Construiu o Polidesportivo;

Construiu um palco para espetáculos e construiu as casas de banho subterrâneas para homens e mulheres.

No que foi descrito muito falta mencionar, mas foi tudo aquilo que criou as condições para que o nosso concelho seja reconhecido como um concelho de progresso e desenvolvimento que criou o bem-estar da população.

Depois do nosso concelho ter suportado a crise financeira que assolou a Europa e ter suportado a Troika, no nosso país, que prejudicou o nosso concelho em milhões de euros, quando em 2017 o PS assumiu o poder, recebeu uma autarquia financeiramente estabilizada com um saldo de mais de quatro milhões de euros, e com a capacidade de endividamento acima dos dois milhões de euros.

A CDU sempre fez uma gestão baseada no trabalho e honestidade e competência. Deixou em 2017, uma larga carteira de obras, umas em projetos já aprovados, outras candidaturas em aprovação ou já aprovados e outras já em execução, que o PS deu continuidade.

Não conhecemos, no final do segundo mandato, nenhuma obra estruturante para o concelho, cujo projeto seja da sua autoria. Não conhecemos qual é o seu Plano Estratégico para o concelho.

Nos seus dois mandatos os orçamentos municipais duplicaram os seus valores, dinheiro não foi o seu principal problema, as opções de gestão é que foram erradas, baseadas na entrega de serviços a empresas privadas, quando os trabalhadores da câmara fariam melhor e com menos custos.

A CDU, orgulha-se do concelho que somos e da sua população e continuaremos como sempre a lutar continuamente pela melhoria das condições de vida da população, neste caso ao que o Poder Local Democrático diz respeito.»

- Presidente da assembleia

Aludiu que a declaração não foi mais do que uma prestação de contas, a prestação de contas em que a CDU esteve à frente da autarquia, nos mais de 30 anos. Considera que compete aos eleitores decidirem se as opções do PS foram erradas ou corretas, e nos dois últimos mandatos os munícipes acharam que foram corretas.

- Presidente da Câmara

Mencionou que era expetável que a declaração apresentada tivesse essa extensão, porque se está a falar de praticamente 40 anos de exercício de funções da CDU e mal seria se em 40 anos não fosse efetuado tudo o que foi referido. Salientou que o seu executivo não está a exercer funções para medir se a CDU fez mais que o PS ou se o PS fez mais do que a CDU. Como a deputada referiu os tempos de hoje são diferentes daquilo que eram há 40 anos, não se podendo, contudo, ignorar aquilo que tem sido o crescimento ao longo dos anos no concelho. Teve a oportunidade de integrar no relatório de gestão aquilo que são os desafios que o futuro inspira, como a construção do novo Aeroporto de Lisboa, a regeneração do processo relacionado com o Arco Ribeirinho Sul, os Planos de Pormenor da Coutadinha e do Canto do Pinheiro que são verdadeiras âncoras para o crescimento, como teve oportunidade de mencionar. Portanto, o atual executivo está a trabalhar com uma margem de tempo seguramente maior, para que o futuro, seja ele de quem for, de quem esteja em funções, poder dar continuidade ao trabalho, porque este trabalho é uma tarefa de continuidade que começou com os princípios e os valores de Abril, e a partir daí o município de Alcochete foi crescendo, não podendo ninguém dizer o contrário.

Referenciou que quando o atual executivo tomou posse em 2017, o saldo da câmara municipal não era de €4.000.000,00, era abaixo desse valor, mas não iria falar sobre essa matéria por achar que não tem importância, tendo-se

referido na sua apresentação do Relatório de Contas apenas ao período homologado, ou seja, 2023.

Ao afirmado pela senhora deputada que desconhecia a existência de uma obra estruturante que o executivo PS tenha feito ao longo dos últimos 7 anos de exercício, lembrou que o atual executivo, do ponto de vista do cimento e do tijolo, investiu no parque escolar, mais de €6.000.000,00. Na requalificação da Escola do Monte Novo, onde não existia projeto, foi efetuado um investimento que ascendeu praticamente a €500.000,00. Promoção de eficiência energética da Piscina Municipal, sendo um facto que a infraestrutura já existia, mas foram investidos mais de €618.000,00, aproveitando a candidatura de promoção de eficiência energética. Na freguesia do Samouco a obra de requalificação e ampliação da Escola Básica foi um dos maiores investimentos efetuados no Samouco nos últimos 20 anos, uma obra que ascendeu a praticamente €1.300.000,00, tendo sido o PS a executar o projeto. Arranjos exteriores do Fórum Cultural de Alcochete, que para si, é uma das zonas verdes mais bonitas do concelho, foram investidos €900.000,00, com a assinatura do PS. Requalificação do Mercado, investimento que ascendeu a €340.000,00. A rua Vale Figueira que não tinha saneamento básico, foi o atual executivo que a dotou de saneamento básico e a repavimentou, numa obra que ascendeu a 549.000,00. O CROAA (Canil Municipal) já existia mas o atual executivo implementou a valência de gatil e requalificou o mesmo, num investimento de mais de €360.000,00.

Para requalificação das avenidas 5 de Outubro e Canto do Pinheiro, existia projeto, mas que o atual executivo abandonou porque esse projeto requeria, do ponto de vista financeiro, um investimento na casa dos €2.000.000,00, mais outros €2.000.000,00 necessários para o Polo Ambiental das Hortas, onde na altura o limite de endividamento não ultrapassava os €2.500.000,00, pelo que se teve de abandonar as duas candidaturas. Hoje o limite de endividamento é acima dos €5.000.000,00.

– Álvaro Costa, bancada da CDU

Referiu que a CDU esteve à frente dos destinos do concelho, 34 anos e não 40. Dos 49 anos, 34 foram da CDU e 15 são do PS. Salientou que o documento apresentado não teve como objetivo colocar em causa o trabalho desenvolvido pelo atual executivo. Sugeriu que o senhor presidente da câmara consultasse a página 24 do Relatório de Gestão do ano de 2017, onde pode constatar que o saldo que transitou para o ano de 2018 era de mais de €4.000.000,00.

- Presidente da câmara

Interrompeu para dizer que o senhor deputado estava enganado.

- Presidente da assembleia

Informou que os dois estavam a falar correto, dado que a diferença entre os €3.000.000,00 e os €4.000.000,00 é que €1.000.000,00 estava afeto a uma garantia bancária de uma obra na zona das Quebradas, que era uma verba que a câmara municipal não podia gastar.

- Álvaro Costa, bancada da CDU

Ressalvou que o documento apresentado serve para que os eleitos se apercebam do que realmente foi executado, porque existe sempre alguém que opine sobre o concelho, por exemplo, no Samouco já escreveram dois livros, um deles com mentiras colossais, sendo que para além da mentira, ignora toda a evolução do Samouco desde que existe o Poder Local Democrático. A introdução da declaração refere que é para memória futura e tudo o que foi mencionado são estruturas que existem, mas que necessitam de evolução. Para si, uma situação que é importante referir é que no ano de 2017 o Orçamento da autarquia era na ordem dos €14.000.000,00/€15.000.000,00, a partir daí passou para os €30.000.000,00, dobrou, pelo que problemas financeiros não houve, comparado com os que existiram. No ano de 2014, a

dívida da câmara municipal era de cerca de €14.000.000,00, porém no ano de 2017 andava na ordem dos €8.000.000,00/€9.000.000,00, incluindo a dívida à Amarsul, processo que ainda se encontra em contencioso. Por último, mencionou que o pretendido com a apresentação da declaração é que a memória não se apague, porque existe quem tente denegrir o passado do concelho e a CDU não aceita, não estando em causa a intervenção efetuada pelo senhor presidente da câmara relativamente ao Relatório de Contas de 2024, sendo lógico que ao fazer se expandiu e falou do que está projetado para 10 anos, ou seja, utilizou o tempo para aproveitar e explicar o que tem em perspetiva, pois irá existir eleições este ano e cada partido vai ter que tratar das suas propostas para a população.

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após ser submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 01:00 horas, o presidente da assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente ata que eu, Carla Sofia Oliveira, técnica superior, subscrevo e assino.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

A TÉCNICA SUPERIOR,